

Por um 1957 de União dos Brasileiros
Pela Paz, a Independência e a Democracia

VOZ OPERÁRIA



Nº 398 — RIO DE JANEIRO, 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Um dos acontecimentos de relevo no ano que finda, para o movimento socialista, foi a realização do VIII Congresso do Partido Comunista Italiano, que contou com a presença de delegações fraternais de grande número de partidos comunistas e operários. Palmiro Togliatti, secretário do PCI, apresentou ao Congresso seu importante informe político subordinado ao título "Por um caminho italiano para o socialismo", que tem como centro político unir em torno da classe operária os camponeses e as camadas médias, com um partido reforçado e renovado na luta.

Chefiando a delegação do Partido Comunista da China, pronunciou um discurso perante os comunistas italianos e as delegações fraternais o camarada Peng Chen, secretário do Comitê Central e membro do Buro Político do Partido. Foi o seguinte o discurso do representante do Partido Comunista Chinês.

SENTIMOS inencho prazer pelo fato de que o Partido Comunista Chinês tenha podido enviar delegados para assistir ao Congresso de vosso Partido. Em nome de todos os membros do Partido Comunista Chinês e de todo o povo da China, o C.C. do Partido Comunista da China envia-vos saudações calorosas e cordiais e, por intermédio de vós, à classe operária e a todas as forças progressistas e democráticas da Itália. As gloriosas tradições revolucionárias do povo italiano despertam tanto interesse entre o povo chinês como a história e a cultura tão ricas da Itália.

Antônio Gramsci, grande figura do movimento operário italiano, e seus camaradas de armas contemporâneas ergueram bem alto a fênix do marxismo-leninismo, e, para lutar pela liberdade da Itália, pela democracia e pelo progresso social, construíram no seio do povo italiano a valerosa vanguarda da classe operária — o Partido Comunista Italiano. Vosso Partido tornou-se poderoso durante os longos e penosos anos de resistência ao sombrio regime do fascismo, transformando-se no que é hoje, uma grande organização que, em conjunto com a U.J.C. conta com dois e meio milhões de membros e seis milhões de votos. Vosso Partido é hoje uma força militante que ocupa glorioso lugar no movimento comunista internacional. Em virtude da existência dessa força dinâmica e da solidariedade que ela soube manter com outras forças democráticas, o povo italiano não só alcançou a vitória em sua luta heróica contra o fascismo, como, após a derrota deste, conquistou várias e importantes vitórias para a instauração da república, na elaboração da constituição e em desenvolver e expandir a democracia à base dos princípios em que se firma a constituição. Unido às forças democráticas do país, o Partido Comunista da Itália lutou nos últimos anos para conseguir que a vida política do povo italiano se orientasse para a esquerda, de modo a dar vida à constituição atual, salvaguardar a independência nacional, defender os interesses vitais das massas trabalhadoras e realizar reformas sociais e econômicas baseadas no desenvolvimento da democracia e adotar uma política ativa na luta em prol da paz mundial. O Partido Comunista Chinês e o povo da China manifestam seu mais profundo respeito e simpatia à luta heróica travada por vosso Partido e por vosso povo.

A paz mundial, assim como a causa do progresso humano, novamente se acham hoje seriamente ameaçadas. No Oriente Próximo, os imperialistas deram início a uma sanguinária guerra de agressão contra o Egito independente. Embora suas maquinacões guerreiras tenham sido frustradas, os imperialistas não cessaram suas medidas de agressão contra o Egito, a Argélia, Chipre e outras terras. Na Europa Oriental, a «guerra fria» que visa a solapar os países socialistas e romper seus laços de solidariedade, está sendo novamente acendida, enquanto que atividades subversivas são intensamente fomentadas. Os imperialistas e os reacionários concentram sua energia na questão da Hungria, procuram usar a situação húngara para abrir uma brecha no campo socialista e quando vêem seus planos fracassados desencadeiam uma ampla campanha anti-soviética e anticomunista nos países ocidentais. Dentro das fileiras do socialismo certo número de elementos vacilantes não tem sabido analisar com acerto essa situação. Observamos, ao mesmo tempo, que o Comitê Central do Partido Comunista Italiano, pronunciando-se a respeito da questão húngara, após a causa do socialismo na Hungria, aprova a ajuda soviética prestada à Hungria socialista e defende os interesses da solidariedade internacionalista entre a classe operária, atitude que consideramos justa. Todos os povos que amam a paz e a liberdade, e todas as forças progressistas que consideram a paz, a democracia e o socialismo objetivo comum, devem unir-se cada vez mais estreitamente para rechegar os ataques desferidos pelos reacionários e para travar uma luta consequente em prol da paz mundial e do progresso da humanidade.

Há uma amizade tradicional entre os povos da China e da Itália. Em seguida à instauração da República Popular na China, e graças aos esforços comuns desenvolvidos por ambos os povos, pouco a pouco vão sendo removidos os obstáculos artificiais que impediam o estabelecimento do desenvolvimento de relações de amizade entre os nossos povos. Contatos amistosos e relações livres entre os dois povos se intensificam gradualmente, assim como se desenvolve a compreensão, a simpatia e a confiança mútuas. Acreditamos que essa compreensão, simpatia e confiança mútuas, firmadas em contatos mais amplos, poderão determinar o estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos dois países, o que corresponde não só aos interesses de nossos dois povos, mas também aos interesses comuns de todos aqueles que amam a paz em todo o mundo.

Em 1949, Vêlio Spano, membro do Comitê Central do Partido Comunista da Itália, visitou a China. Uma delegação do Partido Comunista da Itália, chefiada pelo camarada M. Scocimarro, assistiu ao VIII Congresso do Partido Comunista Chinês. Scocimarro nos descreveu então em termos expressivos a luta da classe operária italiana e manifestamos-lhe nossa sincera gratidão pelo apoio que nossos companheiros italianos prestaram a nosso Partido.

Camaradas! Desta tribuna, nós, os comunistas chineses, orgulhamo-nos por sentir que sois nossos irmãos de luta e

que o grande ideal e a causa comum do comunismo nos une inseparavelmente para sempre. Permite-me desejar êxito ao vosso Congresso.

Desejo agora ler ao Congresso a saudação que vos envia o Comitê Central do Partido Comunista Chinês:

Saudação ao Congresso do Partido Comunista Italiano enviada pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês.

Companheiros do VIII Congresso do Partido Comunista Italiano:

Em nome do Partido Comunista Chinês e de todo o povo da China, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês envia suas saudações calorosas e fraternais ao VIII Congresso do Partido Comunista Italiano.

O Partido Comunista Italiano, sob a liderança do Comitê Central chefiado pelo camarada Palmiro Togliatti, percorreu um longo e glorioso caminho. Hoje vosso Partido e a U.J.C. contam com dois e meio milhões de membros e com seis milhões de votos do povo italiano, o que demonstra o imenso prestígio de que goza vosso Partido entre as amplas massas do povo trabalhador italiano. Vosso Partido é de fato uma vanguarda poderosa e coesa da classe operária da Itália e sua força combativa. Vosso Partido está hoje unido a outras forças democráticas progressistas, dirigindo o povo italiano em sua luta em defesa dos interesses nacionais, pela realização de reformas econômicas e sociais à base da democracia e na luta por salvaguardar a paz mundial.

O Partido Comunista Chinês e o povo chinês acompanham a luta de vosso Partido e de vosso povo com a maior simpatia e sentimento orgulhosos de que estamos tão fraternal e estreitamente ligados à vossa luta.

Quem Tenta a Divisão das Forças Armadas?

RIDÍCULO EXERCÍCIO DE FALSIFICAÇÃO OS DEPOIMENTOS DOS BRIGADEIROS EDUARDO GOMES E GUEDES MUNIZ — TENTARAM CINDIR AS FORÇAS ARMADAS OS QUE, POR DIVERSAS VÉZES, AS ARRASTARAM EM AVENTURAS GOLPISTAS CONTRA OS SENTIMENTOS DA ESMAGADORA MAIORIA DA OFICIALIDADE, DOS SOLDADOS, AVIADORES E MARINHEIROS

O pessoal do Clube da Lanterna aproveitou-se de um processo movido contra o jornalista João Duarte Filho, da «Tribuna da Imprensa», para arrolar como testemunhas de defesa, conhecidos íses do golpismo, pertencentes às forças armadas. Assim, deram oportunidade aos brigadeiros Eduardo Gomes e Guedes Muniz e ao comandante Sílvio Heck de fazer propaganda golpista e veicular intrigas forjadas nos arrais do golpe sem que ficassem incurso nas penalidades dos regulamentos militares.

Os depoimentos consistiram na repetição monocórdia de um refrão há muito espalhado por toda a imprensa partidária do golpe: o de que as forças armadas se encontram divididas e que esta divisão teria sido provocada pelo general Teixeira Lott e seus camaradas que encabeçaram o movimento democrático de 11 de novembro.

Para o sr. Eduardo Gomes, antes de 11 de novembro, se houvesse qualquer divisão entre as forças armadas, esta não teria nenhuma profundidade. Seria sempre coisa de superfície. Só depois do 11 de novembro... «foi que a

divisão das forças armadas adquiriu profundidade»

Com semelhante deturpação dos fatos — deturpação jesuítica — pretende o sr. Gomes, menos defender seu correligionário golpista da «Tribuna da Imprensa», que intrigar o Ministro da Guerra e outros chefes militares, responsabilizando-os por dissensões que possam ter surgido nos círculos militares.

QUEM TENTA A DIVISÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Antes de mais nada é necessário destacar o aristocrático espírito de casta do brigadeiro Eduardo Gomes, pa-

ra o qual as forças armadas se resumem às altas patentes militares, em lugar de serem, como realmente são, o conjunto de brasileiros que na Exército, na Marinha e na Aeronáutica procuram desempenhar, honradamente, a missão que lhes traçou a Constituição. Partindo daí é que o sr. Eduardo Gomes finge desconhecer que, se houve ou se há «divisões nas Forças Armadas», esta só poderia ser provocada pelos politiquinhos fardados, de que é modelo o próprio brigadeiro Gomes e seus sócios tipo Guedes Muniz e Juarez Távora. Procurando arrastar as forças armadas a aventuras golpistas, como o fizeram a 24 de agosto (e em ocasiões anteriores) e como tentaram fazê-lo, ainda, depois das eleições de 3 de outubro do ano passado, estes politiquinhos fardados, aliados aos Lacerdas, tentaram introduzir nos quartéis e navios o facciosismo político. É natural que a nação e a esmagadora maioria de militares patriotas e democratas, cansados dessas aventuras militares ao sabor das ambições frustradas de candidatos repeliados pelo povo (tomassem o caminho da reação decidida a tais manejos contrários aos interesses nacionais.

Quem ignora, por exemplo, que a 24 de agosto, a tropa que saiu à rua para dar cobertura ao golpe contra o governo de Vargas não compactuava com o atentado à Constituição e, antes, estava disposta, inclusive, a defender o poder constitucional?

A realidade é que não passa de exploração golpista esta suposta «divisão das forças armadas». O que existe é outro fenômeno — e este da maior importância: os generais, brigadeiros e almirantes golpistas já não podem falar em nome delas, nem arrastá-las impunemente às suas aventuras liberticidas. Hoje, firma-se cada vez mais o prestígio, não somente no seio da tropa, mas também das amplas massas populares, daqueles chefes militares que representam os legítimos sentimentos da oficialidade, dos soldados, aviadores e marinheiros e que se batem para que as forças armadas sejam, cada vez mais, um esteto das liberdades constitucionais e da independência nacional. Em torno desses chefes unem-se verdadeiramente as corporações militares, embora alguns golpistas empedernidos procurem dar o espetáculo de uma divisão pela qual tr a balham afanosamente.

Vosso Congresso é convocado num momento crítico no desenvolvimento da situação internacional. Chamas de guerra foram acedias no Oriente Próximo, que se encontra perto de vosso país.

Os imperialistas continuam a reprimir os movimentos de libertação nacional nas regiões da Ásia e da África. Ao mesmo tempo, as forças reacionárias imperialistas desfecham furiosos ataques contra o movimento comunista internacional, tirando vantagem dos acontecimentos húngaros.

Neste grave momento, o Partido Comunista Italiano, filialmente fiel ao marxismo-leninismo, reúne estrelladamente suas fileiras em torno de seu Comitê Central chefiado pelo camarada Togliatti, e, lutando firmemente pela lealdade aos princípios do internacionalismo proletário, contribui assim para a grande solidariedade internacional entre a classe operária. O Comitê Central do Partido Comunista Chinês deseja pleno êxito ao VIII Congresso do Partido Comunista Italiano. Deseja também ao Partido Comunista Italiano novos sucessos na consolidação do Partido, na solidariedade entre a classe operária e todas as forças democráticas, assim como na luta para realizar as reformas econômicas e sociais na Itália à base da democracia.

Deseja ao povo italiano vitórias ainda maiores em seus esforços para consolidar a paz na Europa e em todo o mundo, aliviar a tensão internacional e desenvolver cooperação amistosa entre os povos de todos os países.

Viva o grande Partido Comunista da Itália e o povo italiano!

Assinado) O Comitê Central do Partido Comunista Chinês

Quem ignora que os soldados, por todo o país, olhavam com simpatia o gigantesco protesto popular que se desencadeou à notícia da deposição e do suicídio (estúpidos) provocado pelos golpistas) do Presidente Vargas?

GOLPISTAS E ANTIGOLPISTAS

É possível que os chefes militares estivessem, então, aparentemente unidos. (Aliás esta «união» era apenas aparente, pois muitos concordaram com a exigência de renúncia de Vargas a fim de evitar derramamento de sangue e a guerra civil). Mas dizer que as forças armadas «estavam unidas» neste golpe reacionário, quando a maioria esmagadora dos soldados e oficiais estava clara e decididamente contra qualquer golpe de Estado e em defesa da Constituição, é levar longe de mais o embuste. E esta oposição inequívoca entre golpistas e antigolpistas dentro das Forças Armadas não fez mais que se acentuar, posteriormente, à medida que os Eduardo Gomes, Guedes Muniz, Juarez Távora, Pena Boto e Amorim do Vale tentavam, novamente, violar a Constituição e passar por cima da soberania popular desrespeitando os resultados das urnas de 3 de outubro.

Que a esmagadora maioria (ou a quase totalidade) das Forças Armadas era representada pelos chefes militares antigolpistas e jamais pelo grupelho do golpe, o prova, categoricamente, o fato de, apesar de seus esforços desesperados, os golpistas não terem encontrado ambiente para a «revanche» que preparavam contra o movimento democrático de 11 de novembro. E ainda agora é evidente que, apesar de todas as suas intrigas, os Juarez, os Eduardo Gomes, os Guedes Muniz não encontram clima, nos meios militares, para êxitos na rearticulação subversiva a que se entregam. A esmagadora maioria dos soldados, marinheiros e aviadores repele os politiquinhos do golpe.

Reiniciam Suas Atividades

95% Dos Trabalhadores Húngaros

O número de trabalhadores que participam da produção em todos os estabelecimentos industriais húngaros atingiu 95 por cento no dia 18 do corrente mês, de acordo com informações da Agência Tass procedentes de Budapeste e divulgadas em Moscou e outras capitais.

Os trabalhadores metalúrgicos e das fábricas de maquinaria estão, assim, reforçando o aumento da produção. Está em ascensão a produção de carvão. Nos últimos dias, segundo informações fidedignas, passou-se a extrair diariamente de 20 a 25.000 toneladas de carvão.

Por outro lado, a cidade de Budapeste está assumindo gradualmente a sua antiga aparência. Toma-se cada vez maior o número de veículos nas ruas. Árvores de Natal e mercadorias típicas das festas de fim de ano já se encontram à venda. Muitos teatros que haviam fechado durante quase dois meses, novamente reabriram suas portas.

Intensifica-se em Budapeste o trabalho de restauração das estradas danificadas

durante os acontecimentos de outubro. Edifícios danificados sofreram reparos e são recuperados pelos antigos moradores.

Notícias procedentes do interior do país informam que em muitas regiões agrícolas cooperativas de produção que foram dissolvidas estão sendo restabelecidas e seus membros manifestam vontade de restaurar o sistema de trabalho conjunto.

A realidade é que não passa de exploração golpista esta suposta «divisão das forças armadas». O que existe é outro fenômeno — e este da maior importância: os generais, brigadeiros e almirantes golpistas já não podem falar em nome delas, nem arrastá-las impunemente às suas aventuras liberticidas. Hoje, firma-se cada vez mais o prestígio, não somente no seio da tropa, mas também das amplas massas populares, daqueles chefes militares que representam os legítimos sentimentos da oficialidade, dos soldados, aviadores e marinheiros e que se batem para que as forças armadas sejam, cada vez mais, um esteto das liberdades constitucionais e da independência nacional. Em torno desses chefes unem-se verdadeiramente as corporações militares, embora alguns golpistas empedernidos procurem dar o espetáculo de uma divisão pela qual tr a balham afanosamente.

A Política Brasileira em 1956: Repercussão de Novembro de 55

A vida política brasileira, durante o ano que se encerra, foi marcada, toda ela, pelas repercussões dos históricos movimentos de novembro de 1955. Pode-se dizer que 1956 foi, em nosso país, um desenvolvimento das vitórias obtidas pelas forças democráticas e nacionalistas, a 3 de outubro e a 11 de novembro do ano anterior, sobre as forças do golpismo e os agentes mais virulentos dos monopólios norte-americanos.

Os acontecimentos mais importantes de 1956 são, assim, um desdobramento das importantes batalhas vencidas no ano anterior pelas correntes democráticas, patrióticas e progressistas.

Eis, a nosso ver, os fatos marcantes de 1956:

1. A POSSE DOS ELEITOS

A posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, vitoriosos no pleito de 3 de outubro, reintegrou o país na normalidade constitucional e foi uma importante vitória das forças que se levantaram para impor o respeito à soberania popular, ameaçada pelo grupelho golpista. Consequência desta vitória foi a suspensão imediata da censura à imprensa e, posteriormente, do estado de sítio.

2. A AVENTURA DE JACAREACANGA

Poucas semanas depois da posse dos eleitos teve lugar a aventura golpista de Jacareacanga, quando três oficiais da Aeronáutica tentaram desesperadamente acender no país o rastilho da rebelião militar. Em si mesma, a aventura de Jacareacanga foi um ato de desespero e provocação, que serviu tão somente para exploração sensacionalista dos jornais. Mas Jacareacanga foi, também, uma advertência, pois tornou evidente que o bando golpista, embora derrotado, rearticulava-se, conspirava e ainda conspira para conflagrar

o país. Atrás dos oficiais que se lançaram àquela aventura desesperada aparecia, indistintamente, a mão dos organizadores da baderna.

3. CAMPANHA PELA ANISTIA

O movimento em favor de uma anistia ampla aos presos e processados por motivo político, visando a pacificação da família brasileira, constituiu-se na maior mobilização política de massas realizada durante o ano de 56. A anistia decretada não atingiu, porém, a grande número de patriotas e democratas que ainda se encontram processados ou condenados em consequência de uma odiosa política de discriminação ideológica e de reação diretamente inspirada pela política de «guerra fria» do imperialismo norte-americano. Nem a mobilização de massas foi suficiente para a conquista da anistia ampla, nem a coesão das forças que conquistaram a vitória de 11 de novembro havia adquirido uma consistência capaz de vencer os obstáculos que se levantavam à concretização desta medida democrática.

4. CONSTITUIÇÃO DA FRENTE DE NOVEMBRO

A criação da Frente de Novembro, associação de frente única da qual participaram civis e militares com a finalidade de defender um programa democrático e nacionalista, foi um acontecimento de relevo na vida política do país. A constituição desta

Frente indicava que importantes forças que participaram do movimento de novembro se dispunham e se dispõem ainda a manter e ampliar as conquistas democráticas e nacionalistas, procurando para tanto o caminho da unidade. A Frente de Novembro, entretanto, ficou apenas como um movimento de cúpula, não encontrou o apoio imediato de setores populares que deveriam apoiá-la firmemente desde o início. Por isso pôde ser fechada aos primeiros ataques concentrados das forças reacionárias que passaram a pressionar, de mãos dadas com o golpismo, sobre o governo do sr. Kubitschek.

5. DENÚNCIA DOS ACORDOS ATÔMICOS

A campanha de denúncia dos acordos atômicos foi a mais ampla campanha patriótica de 1956. Ela pôde unificar todos os setores que defendem uma orientação nacionalista, inclusive os de dentro do próprio governo e conduziu, com a divulgação dos quatro documentos secretos pelo deputado Renato Archer e a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, à revelação dos métodos colonialistas utilizados pelos Estados Unidos em suas relações com o nosso país. A campanha alcançou significativa vitória com a nota do Conselho de Segurança Nacional, de agosto deste ano, onde se fixa uma orientação nacionalista para a nossa política atômica. Entretanto, esta vitória não está ainda

assegurada, pois não se verificou ainda a denúncia formal dos acordos atômicos com os Estados Unidos, medida indicada pelo Conselho de Segurança Nacional.

6. REARTICULAÇÃO GOLPISTA

A partir do segundo semestre deste ano começou a evidenciar-se a rearticulação do golpismo em escala crescente. As provocações de Lacerda e seu bando tornaram-se mais desabridas, procurando criar ambiente para medidas reacionárias, como apreensões de jornais e depois o projeto de lei de imprensa. O general Juarez Távora, simultaneamente, pedia reforma do Exército, visando a provocar uma «crise militar», com o objetivo de afastar o general Teixeira Lott do Ministério da Guerra. Esta crise foi fomentada artificialmente depois da homenagem popular ao Ministro da Guerra, por ocasião do primeiro aniversário do movimento de novembro. Mas, apesar de todas as intrigas e da pressão das forças reacionárias (e da embaixada yanque) sobre o Presidente Kubitschek, ainda desta vez os golpistas foram derrotados em seus objetivos.

7. CRIAÇÃO DA FRENTE NACIONALISTA

Mais de setenta deputados, no fim deste ano, constituíram-se numa Frente Nacionalista acima das respectivas bancadas e filiações partidárias. Defendem estes parlamentares uma plataforma patriótica de independência nacional e representa, na Câmara, uma força considerável e vigilante que, com o apoio das amplas massas, poderá contribuir decisivamente para a adoção de medidas indispensáveis ao fortaleci-

NO LIMIAR DE 1957

FINDASE o ano. Bem diverso do anterior. Então, ao raiar o 1956, estávamos em face de problemas de gravidade imensa. No plano interno, tratava-se de garantir a posse de um presidente eleito por grande número de forças democráticas e assegurar a sobrevivência de conquistas democráticas essenciais. Isso foi feito, em suas linhas gerais. Claro que em meio a erros, vacilações e mesmo derrotas. Algum empedernido pessimista arrolaria sem dificuldades uma série de fatos negativos. Mas isso não altera o resultado geral, positivo, sem dúvida: o golpismo, feição mais extremada dos resíduos fascistas a serviço do estrangeiro, foi batido em diversos empreendimentos. No setor das relações, exteriores também consignamos alguns êxitos e, mesmo, algumas vitórias de âmbito extenso. A todas sobrepõe a denúncia dos acordos sobre os minerais atômicos.

No plano internacional, o essencial era defender a paz, garantir a coexistência pacífica, a autodeterminação das nações. Também nesse caso há um saldo evidente. As tentativas de romper a paz ou a própria deflagração de hostilidades não tiveram futuro. Apesar de uma séria crise nas relações mundiais, a guerra fria não foi mais a regra geral. Não se deterioraram as bases de entendimento entre as duas principais potências dos dois sistemas, apesar de certos casos agudos.

Finalmente, resta lembrar a vivificação que se passa nas fileiras do movimento socialista, o mais importante impulso por que passa nos últimos anos, 1956 foi o ano do XX Congresso do PCUS, o ano do rompimento com o dogmatismo, que se infiltrara na teoria marxista e que pelava seu progresso e enriquecimento. Em todo o mundo, e também no Brasil, um sadio sopro de renovação percorre as fileiras socialistas e cria as premissas para grandes vitórias num futuro mais próximo.

Sem torneios de frases, sem necessidade de dourar a realidade, podemos dizer que o balanço é de vitória. Mas de vitória limitada. Em nossas fileiras, no plano nacional e na arena internacional, diversas questões permaneceram irresolútas; rondam nossa pátria ameaças de alienação de territórios, não foi afastado o perigo de guerra, o reforço da teoria e da prática revolucionária não conseguiu superar muitos empecilhos. E avançar nesse terreno é a condição necessária para um 1957 mais positivo que o 1956 que agoniza. E há toda razão para ser otimista.

mento de nossa soberania e ao desenvolvimento independente da economia brasileira.

8. BASES MILITARES

No fim deste ano e combinando sua pressão com o recrudescimento, internamente, das investidas golpistas e das provocações anticomunistas, o governo norte-americano passou a exigir do governo brasileiro a cessão de bases militares em nosso território. Apesar da atitude tipicamente

entreguista do Itamarati e das vacilações do sr. Kubitschek, a repulsa a este ultimatum yanque é crescente, inclusive no seio do próprio governo. O povo brasileiro ingressa em 1957 com esta grave responsabilidade: não permitir, de nenhum modo e sob qualquer pretexto, que Fernando Noronha ou qualquer outra parte de nosso território, se transforme em base militar do imperialismo yanque.

NENHUM homem nasce com a bossa da veneração, de que falava um frenologista inglês irônica e citada por G. B. Shaw. O culto à personalidade é fruto de causas materiais. Mas como tenho minha dose de responsabilidade em erros que hoje se procura estudar, devo reconhecer de público que dediquei em grau intenso o culto às personalidades de Stálin e de Prestes.

Fui um ardoroso propagandista do humanismo de Stálin, em artigos e palestras, «humanismo» esse que o relatório de Kruschiov destruiu sem deixar pedra sobre pedra, ao denunciar a tremenda série de crimes do período stalinista na URSS. Hoje, entretanto, não falarei sobre Stálin e o pernicioso sistema do culto à personalidade, que tantos se esforçam por manter com grandes danos para o movimento socialista. Falarei sobre o camarada Prestes, que a 3 de janeiro completa 59 anos de idade.

Tenho o hábito de escrever saudando a data do seu aniversário. Disto não me arrependo, antes me orgulho. E' grandemente inspirador o exemplo da vida de Prestes, seu devotamento ao mais nobre dos ideais, o de liquidar a exploração do homem pelo homem, sua coerência e sua firmeza. Prestes é um patriota sem outras considerações que o progresso de nosso país e o bem-estar do povo, a que dedica todos os momentos de sua vida.

Mas será isto tudo que se pode exigir de um líder político da sua responsabilidade e projeção, do dirigente de um partido que visa a transformar a sociedade? Será isto o bastante para se exigir de uma pessoa a qual colocamos em primeiro plano em nosso tempo e em nosso país com a auréola de herói e de chefe popular?

Pensando mais detidamente a esse respeito, cheguei a uma conclusão contrária. E é isto que a minha sinceridade e minha admiração por Prestes exigem que escreva neste seu aniversário, com o mesmo espírito de camaradagem e respeito que o fiz em todos os anos em que não estive materialmente impossibilitado de fazê-lo, durante as comemorações de seu aniversário. Eis por que, em meu nome pessoal e como simples comunista,

O Que Nosso Povo Espera do Camarada Prestes

Aydano do Couto Ferraz

resolvi dizer o que penso da atuação do camarada Prestes no momento histórico que vive o movimento socialista mundial, frisando, em primeiro lugar, que os grandes homens só o são de verdade, só desempenham o papel de intérpretes das aspirações das massas, quando se colocam a favor das idéias do desenvolvimento social, do novo, mesmo que este ainda se apresente em embrião. O sentido do novo é inseparável dos homens que detêm a liderança dos partidos revolucionários.

Na sua carta ao Comitê Central, documento de que discordo profundamente, não pelas teses gerais mas pelo espírito em que está vazado, o camarada Prestes se manifesta pela crítica aos dirigentes, de acordo com o seu grau de responsabilidade, o que, de resto, é normal e estatutário, constituindo não apenas direito mas dever dos comunistas. Ora, conhecendo o camarada Prestes, como o conheci durante a legalidade, e com ele havendo trabalhado diariamente, sei que Prestes é um homem de honradez absoluta e sinceridade a toda prova. E' um comunista e um digno chefe de partido. Não é um rei ou um governante empolgado pela vertigem do poder, que não queira ouvir verdades. Cumprirei, por isso, meu dever de escrever o que penso da sua atuação no momento atual, como líder proeminente do movimento pela emancipação nacional e pelo socialismo em nossa terra.

x x x

Como produto de nossos erros políticos e ilusões de classe, do nosso desconhecimento do marxismo e da posição de nosso país no continente, alvo de tremenda pressão do imperialismo norte-americano, nosso Partido foi lançado na ilegalidade em 1947. A clandes-

tinidade é uma escola de luta, mas nas condições de países como o nosso, numa época em que o socialismo vitorioso constitui um sistema mundial, a clandestinidade causa terríveis prejuízos ao movimento comunista. Caçado pelos inimigos de nosso povo, que conhecem o seu valor e firmeza, o camarada Prestes viu-se forçado ao completo isolamento da realidade viva. Isto traz enormes danos a um chefe revolucionário, a um homem que deve prezar e avaliar a realidade, que deve ter diante dos olhos, em contato permanente, dados objetivos concretos para proceder a análises políticas.

E' sabido que Marx, Engels e Lênin, para só citar os grandes criadores do comunismo científico, não conheceram anos de tão rigorosa clandestinidade quanto o camarada Prestes. Lênin, por exemplo, não admitia tal situação de isolamento, que pode ser fatal para quem deve estar em contato com fatos vivos, para homens que visam a modificar a realidade e, por isso mesmo, para modificá-la têm que participar direta e pessoalmente da luta prática, sob pena de se privarem da possibilidade de penetrar na essência dos processos sociais que se desenrolam, pois quem não tem contato com o aspecto exterior dos fenômenos não pode perceber o seu processo de desenvolvimento interno.

Penso que o camarada Prestes não está imune a isto, como não o poderia estar nenhum outro dirigente por mais dotado de talento que fosse. Negar isto seria negar a própria base da teoria marxista do conhecimento, que parte da prática. Antes pelo contrário, penso que o camarada Prestes corre o perigo de afastar-se grandemente da realidade atual de nosso país e do mundo, particularmente porque sua formação marxista

(agravada pelo isolamento, na prisão e na clandestinidade) se deu numa época de domínio absoluto do culto à personalidade, estranho ao marxismo-leninismo e incompatível com as idéias e o regime socialista.

Tudo isto, entretanto, não exclui minha confiança (que penso ser a de todos os patriotas que o admiramos profundamente e olhamos sua vida de dedicação à nobre causa do socialismo como um exemplo) de que o camarada Prestes, colocando-se à frente do Comitê Central do Partido, assuma com a coragem mental e moral que o caracteriza a direção do movimento histórico pela democratização e renovação do Partido e desempenho do destacado papel que mais do que qualquer outro tem o direito e o dever de desempenhar. E' isto que a parte mais sã, mais audaz e que tem o sentido do novo no movimento socialista espera do camarada Prestes.

Nenhum revolucionário, até hoje, em nosso país, tem mais serviços que o camarada Prestes à causa da emancipação nacional e do socialismo. Esta causa já não pertence somente aos comunistas. Por ela trabalham milhares de homens de diferentes tendências, e isto só faz fortalecê-la. O caráter inseparável que hoje mais do que nunca têm o socialismo e democracia, pela amplitude que adquire o movimento socialista no plano interno e no plano externo, quando o socialismo se tornou um sistema mundial, coloca como causa inadiável a democratização e a renovação dos partidos comunistas, instrumentos insubstituíveis da vitória e realização dessas mesmas idéias. Em nosso país este anseio se transforma passo a passo numa força poderosa cuja vitória é certa.

Saudando, como sempre o fiz, no camarada Prestes, o líder do Partido, o patriota que marcha para quarenta anos de luta e sacrifícios a serviço do Brasil, o homem em que amplas massas confiam, faço votos neste seu 59º aniversário para que Prestes, amanhã, muito mais do que hoje, possa encarnar não apenas as aspirações dos comunistas mas as aspirações de bem-estar, liberdade e independência de todos os milhões de brasileiros.

Fraca a Expansão Econômica em 1956

Segundo o Conselho Nacional de Economia foi apenas de 1% o crescimento econômico global — A maior queda no setor da agricultura — Importantes empreendimentos que não entraram ainda a pesar no volume da produção — Sacrifícios crescentes das massas populares

O ritmo do crescimento econômico do Brasil, neste ano que termina, foi apenas de 1%, segundo afirma o relatório do Conselho Nacional de Economia. No período de 1949 a 1954 este incremento foi de 5,6%, em média. No ano passado já apresentou um ligeiro declínio, não alcançando os 5%.

Queda no setor da agricultura

A maior queda verificou-se, este ano, no setor da agricultura. Embora se tenha registrado um aumento da área cultivada (de 21.677.000 hectares passou a 22.467.000), houve uma queda substancial no valor da produção agrícola (de Cr\$ 151.825.000.000,00 em 1955 para Cr\$ 136.192.000.000,00). Responde por esta queda no valor da produção agrícola a redução no volume de nossos tradicionais produtos de exportação (café, particularmente), por sua vez decorrente da arcaica estrutura agrária do país.

Já a produção industrial apresenta um índice de crescimento mais elevado, embora tenha havido decréscimo na produção de vários ramos, como o têxtil, por exemplo.

Importantes empreendimentos industriais

Entretanto, não se pode avaliar o ritmo do desenvolvimento econômico em 1956 apenas pelo crescimento da produção neste ano. Importantes empreendimentos foram realizados no setor industrial, especialmente no que se refere a energia elétrica, metalúrgica e outras. Foram iniciadas obras para ampliação de Volta Redonda e da refinaria de Mataripe; iniciou-se a construção de uma série de usinas elétricas em Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais; montaram-se fábricas do porte da Mercedes-Benz (S. Paulo) e dos conjuntos da Mannesmann (Minas Gerais). Vários desses empreendimentos somente passarão a pôr no conjunto da produção industrial brasileira a partir dos próximos anos.

Inflação e carestia

Outro aspecto da situação da economia brasileira em 1955 é a continuidade da inflação, ainda em crescimento, e do vertiginoso aumento dos preços. Apesar de medidas drásticas adotadas pelo governo como, por exemplo, a restrição ao crédito bancário e o corte de inúmeras verbas orçamentárias, o processo inflacionário não foi estancado. Além das emissões que ultrapassam a casa dos 4 bilhões, o governo teve de recorrer ao Banco do Brasil,

Outro exemplo refere-se à transferência de juros e capitais para o exterior. Está provado que, sob o atual regime de remessa de juros e dividendos das empresas estrangeiras para as suas matrizes, nosso país tem sofrido uma verdadeira descapitalização. Uma parte considerável dos capitais formados no Brasil não só se transforma em capital em mãos de empresas estrangeiras que operam aqui dentro, como vai-se incorporar, nos EE. UU., Canadá e outros países aos gigantescos capitais de poderosos trustes internacionais. O governo poderia e deveria disciplinar imediatamente esta remessa de lucros e capitais para o exterior, de modo a assegurar a retenção no país de uma parte cada vez maior dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras. Entretanto, isto não foi feito até aqui. Muito pelo contrário, o sr. Kubitschek acaba de vetar uma emenda, aprovada no Congresso, à lei de licenças prévia que condicionava a remessa de juros e dividendos para o exterior às disponibilidades do mercado de câmbio livre.

Tudo isto demonstra que o atual governo continua, em sua política, vacilando entre os interesses do real desenvolvimento econômico do país (pelo qual se batem importantes forças representativas, inclusive, no próprio governo) e os interesses retrógrados de grupos e setores econômicos que procuram, em aliança com os monopólios imperialistas, espalhar ao máximo o peva brasileiro.

cujos empréstimos ao Tesouro Nacional foram 30% mais elevados do que em 1955.

O índice dos preços bateu, este ano, os recordes anteriores. Seu ritmo de ascensão foi muito superior ao de 1955, quando o custo da vida se elevou, segundo dados da mensagem presidencial, 21%. "A alta dos preços em 1956 — diz o relatório do Conselho Nacional de Economia — é notória. O índice geral de preços — referente ao período janeiro-agosto — acusa uma variação maior em 1956 do que em 1955. O aumento verificado é comparável ao observado em 1954".

Desenvolvimento com o sacrifício do povo

Pela exposição do Conselho Nacional de Economia verifica-se que a situação da economia brasileira em 1956 não é lisonjeira. Quanto à situação financeira basta dizer que o déficit orçamentário deste ano será de cerca de 20 bilhões de cruzeiros.

É verdade que se pode assinalar um crescimento mais ou menos rápido da indústria brasileira, sobretudo se se tem em vista as empresas em construção ou os planos de obras já iniciados. Mas não resta dúvida que este crescimento industrial vem sendo promovido com os maiores sacrifícios das massas populares. Ele está sendo possibilitado, principalmente, pelos altos preços dos produtos, que asseguram às empresas uma rentabilidade artificial e pelos aumentos sucessivos dos impostos, taxas e tarifas, através dos quais o governo, reúne parte substancial dos investimentos estatais que realiza.

Estão sendo ultrapassados os limites

Nestas condições, os próprios planos governamentais de desenvolvimento estão ameaçados, já que não é crível poder o governo continuar apelando para os aumentos dos impostos indiretos a fim de financiá-los. A capacidade de sacrifício do povo tem limites e pode-se dizer, sem receio, que estes limites estão sendo ultrapassados.

Sómente os inimigos do progresso e da emancipação nacional podem opor-se à orientação geral da política do atual go-



verno no que se refere à necessidade de dotar o Brasil de uma base industrial. Mas, ao mesmo tempo, não se pode esconder o fato de que os meios visados pelo governo para a consecução desses objetivos não foram, até agora, os melhores e mais aconselháveis. Em vez de elevar impostos de consumo (ou de vendas e consignações, como sucedeu nos Estados) ou de permitir uma política sistemática de altos preços, o governo poderia reunir, por outros meios, os recursos financeiros indispensáveis aos investimentos que realiza e planeja.

E o comércio exterior

Um exemplo típico refere-se ao nosso comércio exterior que, sob o quase monopólio atualmente exercido pelos EE.UU., tem sido um meio de espoliação da renda nacional. O que perdemos anualmente através da devalorização de nossos produtos no mercado norte-americano e da super-valorização das mercadorias norte-americanas que importamos seria suficiente para o financiamento de muitas das obras necessárias ao nosso progresso econômico. Calcula-se que, somente em relação ao café, temos uma perda anual de cerca de 200 milhões de dólares no comércio com os Estados Unidos. Acrescente-se a isto o que dispomos em fretes marítimos (sobretudo em consequência da pressão das firmas ianques que se recusam, na maioria dos casos, a embarcar o que nos compram em navios do Lorde) ou os equipamentos que adquirimos nos EE. UU. a preços de monopólio (é o que acontece nos casos de empréstimos) e ver-se-á o impulso que poderia adquirir o desenvolvimento econômico do Brasil se negociássemos, efetivamente, à base de interesses recíprocos, com todos os países do mundo.

Crédito Agrícola Monopólio dos Latifundiários

Pequenos sítiantes de Deacena, São Paulo. Para estes não existe a Carteira de Crédito Agrícola. Em um ano os grandes proprietários rurais receberam 87,8% dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil — O total dos financiamentos correspondeu a menos de 3% do número de estabelecimentos agrícolas — Uma justa política de crédito é indispensável ao desenvolvimento da agricultura

INDISPENSÁVEL ao desenvolvimento da agricultura, o crédito é uma das reivindicações mais sentidas de centenas de milhares de lavradores brasileiros. Pode-se afirmar que nos últimos meses, não houve reunião ou conferência, não houve uma só manifestação de agricultores que deixasse de denunciar a injusta política de crédito do Banco do Brasil e de exigir a modificação dessa política, de modo a torná-la realmente capaz de atender aos interesses dos produtores agrícolas. A verdade é que, atualmente, o crédito agrícola oficial, além de ser limitadíssimo, beneficia, apenas, a um reduzido número de latifundiários. Os demais proprietários rurais — a esmagadora maioria — quase nunca são atendidos pelo Banco do Brasil e, quanto aos posseiros e arrendatários, não figuram nas cogitações do governo, para efeito de financiamento.

Balanco de um ano

O balanço da distribuição de crédito, pela Carteira especializada do Banco do Brasil, no ano de 1955, é bem ilustrativo do que acima se afirmou. Os 58.406 financiamentos concedidos, e que somam 8.387 milhões de cruzeiros, atingiram menos de 3% do número de estabelecimentos agrícolas do país e correspondem a apenas 7% do valor da produção agrícola nacional.

Apenas três produtos foram contemplados com 3/4 do total de financiamentos. O café absorveu 40% dos empréstimos concedidos, os quais correspondem, aliás, a apenas 9,9% do valor global da produção cafeeira. A cana de açúcar recebeu 18% dos empréstimos, correspondendo a 24,1% do valor da produção. O arroz foi contemplado com 15% dos empréstimos, correspondentes a 6,8% do valor da produção. Esses dados revelam, claramente, desde logo, que se destinaram aos grandes proprietários os

maiores créditos: são grandes proprietários que concentram em suas terras as culturas do café e da cana de açúcar e, em boa parte, a do arroz.

O pequeno volume dos financiamentos evidencia-se, ainda, no fato de que o total de créditos correspondeu a apenas 15,3% da área cultivada.

Financiamento para os grandes

Os créditos concedidos pelo Banco do Brasil aos pequenos produtores agrícolas (considerando-se como tal os que requereram empréstimos até Cr\$ 50.000,00) somaram, em 1955, 36.817 — ou mais de 60% do total. Seu valor corresponde, porém, a apenas 7,2% do total. Mesmo incluindo-se os produtores considerados médios (empréstimos de Cr\$ 50.000,00 a Cr\$ 100.000,00) essa percentagem não ultrapassaria 12,2%. Enquanto isso, os empréstimos superiores a Cr\$ 2.000.000,00 somam, apenas, 428 e absorvem 1/3 do total dos financiamentos.

Éis um resumo: empréstimos aos pequenos produtores — 7,2%; aos médios — 5%; aos grandes — 87,8%.

Assinale-se, por fim, que a grande massa de arrendatários, posseiros, etc. — os que plantam em terra alheia — continuam excluídos do crédito.

Por uma justa política de crédito

Por outro lado, mesmo dentro de uma política de crédito tão injusta e discriminatória, não há um critério de distribuição equitativa pelas diversas regiões do país. Assim, por exemplo, dois Estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, obtiveram 58,7% do total dos financiamentos. Os Estados do centro nordeste e norte (à exceção de Pernambuco) são os menos aquinhoados. Enquanto a percentagem dos financiamentos em relação ao valor da produção alcança a média nacional de 7,2%, em Estados como Bahia, Espírito Santo ou Goiás aquela percentagem está abaixo da média nacional, não ultrapassando 4%. É verdade que nos Estados do Sul mais que nos outros, se concentram algumas das principais culturas do país. Mas ainda assim a desproporção é observada: enquanto São Paulo e Rio Grande do Sul participam com 58,7% na distribuição dos créditos, sua participação no conjunto da produção agrícola nacional é de 43%.

Uma justa e eficiente política de crédito, que beneficie principalmente os produtores rurais mais necessitados, é indispensável ao desenvolvimento da agricultura e constitui uma reivindicação pela qual tem que lutar os agricultores.

Quatro Frigoríficos Estrangeiros Contra a Pecuária Nacional

O RECENTE Congresso de Pecuária de Corte realizado em Barretos (S. Paulo) revelou plenamente o quadro das atividades agro-pastoris dos frigoríficos estrangeiros, empresas monopolistas que asfixiam grande parte da pecuária nacional e causam enormes prejuízos ao povo. Empresas de capital bastante elevado (atualmente movimentam cerca de \$ 5.000.000.000,00) os frigoríficos abusam do poder econômico, exercendo uma atividade nefasta à economia nacional, fazendo com que se torne, hoje, uma exigência dos pecuaristas nacionais e dos interesses do país, assim como uma medida de defesa do nível de vida do povo, a proibição de suas atividades agro-pastoris.

Monopolistas no Brasil Central

Estabelecendo-se no país, há algumas dezenas de anos, os frigoríficos estrangeiros tiveram suas atividades facilitadas pela falta de uma lei que as regulasse, e foram ampliando seu domínio até conquistar uma posição monopolista, especialmente no Brasil Central. A partir de 1930 essa posição fortaleceu-se cada vez mais, prejudicando seriamente os criadores, invernistas e, mesmo, pequenos industriais nacionais. Exercendo atividades de cria, recria e engorda, os frigoríficos passaram a dominar o mercado da carne, cujos preços aumentam constantemente, afetando a economia popular. Atualmente essas empresas estrangeiras possuem uma posição privilegiada não somente no mercado da carne como em todos os setores da pecuária.

Começa a reação dos pecuaristas

As atividades monopolistas dos frigoríficos estrangeiros, que prejudicavam seriamente a pecuária nacional, determinaram que, há cerca de quinze anos, os criadores brasileiros começassem a reagir organizadamente. Em 1941 reuniu-se em Barretos, São Paulo, o I Congresso de Pecuária do Brasil, onde a questão foi debatida. Pecuáristas, zootecnistas e economistas esforçaram-se para impor um freio às atividades agro-pastoris dos frigoríficos. Deve-se a luta do Congresso o parecer favorável à limitação daquelas atividades, dado pelo Departamento Nacional de Produção Animal (Ministério da Agricultura) cujas conclusões foram aceitas e tornadas mais radicais em relatório elaborado pelo Conselho Federal do Comércio do Exterior.

Gracias a esse movimento surgiu em 21 de dezembro de 1942, o decreto-lei nº 5.121, que congelou a recria e engorda dos frigoríficos nos limites de 1940/1941, assim afastando, em parte, o perigo da concorrência nociva das empresas estrangeiras.

Os frigoríficos reagem às restrições

Os monopólios, porém, não recuaram. Firmando-se em suas posições, já então bastante poderosas, lançaram uma campanha feroz com o objetivo de recuperar o perdido e conquistar muito mais. Passaram a dizer que se encontravam ameaçados pela pressão dos invernistas, que elevavam desmedidamente os preços. Com esse argumento (falso) criaram dificuldades à distribuição da carne, prejudicando o abastecimento do Rio e São Paulo e lançando a culpa sobre

os invernistas. Assim procuravam explorar em seu favor o descontentamento popular contra as restrições no abastecimento. Nesse sentido foram longe. Adotaram uma atitude de defesa do consumidor contra os constantes aumentos do preço da carne. Paralelamente recorreram ao suborno, para calar certas resistências. E por fim, passaram à burla do decreto-lei de dezembro de 1942, por meio da chamada reserva técnica, isto é, dos rebanhos existentes (e sempre aumentados) em suas pastagens que, diziam, impediriam a falta de gado no período da entre-safra (agosto-dezembro). Esta reserva, diziam, ainda equilibraria o mercado, evitando futuros aumentos — que, aliás, nunca foram evitados. Toda essa campanha, que encontrou eco na ação impatética de elementos do Ministério da Agricultura, culminou com a revogação, pelo governo, do decreto-lei 5.121.

Conquistam uma nova lei

Os frigoríficos argumentavam que as dificuldades existentes no mercado só poderiam ser solucionadas se lhes fosse permitido a recria e engorda, não nos limites do decreto-lei nº 5.121, mas na base do gado abatido em 1943. Essa argumentação teve ganho de causa no Ministério da Agricultura, afinal no dia 16 de setembro de 1946 — dois anos antes de ser promulgada a Constituição — o presidente da República assinou o decreto-lei nº 9.883, que modificou as bases do então vigente 5.121. Foi então permitido aos frigoríficos possuírem em suas pastagens 33,3% do gado abatido em 1943 — ou sejam: 185 mil cabeças — com o que deveriam enfrentar o período da entre-safra. Isso, porém, não era tudo. O decreto-lei 9.883 concedia aos frigoríficos numerosas facilidades e privilégios, por meio de um artigo 4º. Assim os matadouros-frigoríficos existentes em 1943 foram beneficiados. Mas os benefícios não atingiram a matadouro-frigoríficos nacionais, como o T. Motta de Araçatuba, ou o Moura Andrade, de Andradina, porque estes não abatiam gado naquele ano. Os monopólios estrangeiros foram os únicos beneficiados, conquistando uma posição de quase privilégios sobre os nacionais.

Começam a burlar a nova lei

Os frigoríficos estrangeiros, depois de conquistarem aqueles privilégios legais, passaram a burlar a lei, ul-

trapassando os limites de recria e engorda estabelecidos no decreto-lei nº 9.883. Em lugar de 187 mil cabeças (isto é: 185% menos 10% de desconto a título de quebra, etc.) os frigoríficos tinham em seus campos 216.615 cabeças, ultrapassando cerca de 30 mil o limite legalmente permitido, o que lhes possibilitava um maior nível de manobra contra os criadores e invernistas, aos quais deviam comprar o gado no período da safra.

Como se vê, a reserva técnica, que devia servir como fator de equilíbrio dos preços, tornou-se de fato um instrumento de pressão contra os criadores e invernistas, facilitando a consolidação da posição monopolista das empresas estrangeiras sobre o mercado consumidor das grandes cidades.

Ao mesmo tempo os frigoríficos fugiam ao pagamento das multas por excesso de gado em suas pastagens — multas a que estavam obrigados por lei.

No período de 1950 a 1955 a coleta atingiu a 143,3 milhões de cruzeiros. Outras obrigações legais são igualmente burladas. Assim, por exemplo, a obrigação constante do artigo 4º parágrafo único, do decreto-lei nº 9.883, que estabelece o criatório intensivo e a venda aos criadores de touros para reprodução, na quantidade igual a meio por cento sobre o total de gado abatido no ano anterior, não é observada.

sob a alegação de ser anti-econômica. Aliás, quando foi elaborado aquele decreto-lei, os frigoríficos conseguiram que o mesmo não dispusesse sobre a pureza dos touros a serem vendidos aos criadores. É sabido que reprodutores com menos de 3/8 de sangue pioram os rebanhos em lugar de melhorá-los. E os frigoríficos sabotam a pecuária nacional em seu próprio benefício.

Nove anos sem regulamentação

Apesar de vantajoso para eles, os frigoríficos conseguiram que, nos nove anos decorridos após a promulgação do decreto-lei nº 9.883, não fosse este regulamentado. A regulamentação posterior, aliás, não os atingiu. Concessões foram feitas, apenas, às cooperativas que são muito poucas no setor da pecuária. A regulamentação resultou em uma burla aos interesses dos pecuaristas nacionais.

Pressão sobre os pecuaristas

Dispõe de 471.576,35 hectares em fazendas localizadas em São Paulo, Mato Grosso, Minas e Goiás — área aumentada em 12% relativamente à que possuíam em 1941 — que permitem a criação de muito mais que as 217.615 cabeças de gado confessadas, os frigoríficos, ajudados pela falta de fiscalização, pressionam forte-

mente os invernistas e os submetem a seus interesses monopolistas, não sem motivo eles localizam suas fazendas de preferência na zona do acabamento do gado, assim evitando a cria, que não lhes dá bons lucros. Os criadores brasileiros fornecem-lhes o gado, a preços por eles impostos. É sabido, por outro lado, que o número de cabeças que possuem é muitíssimo maior que o confessado — e para burlar a lei eles se utilizam inclusive de testas de ferro.

Os frigoríficos também prejudicam os camponeses, notadamente em São Paulo. Ali eles monopolizam imensas áreas de terras e as arrendam pelo espaço de apenas um ano, ficando o camponês obrigado a deixar o capim na roça. Assim dezenas e dezenas de famílias são anualmente obrigadas a deixar suas roças, tangidas pelos donos da terra — os frigoríficos.

Um polvo que precisa ser vencido

Os frigoríficos contam com posições privilegiadas, como vimos. Não somente com estoques de gado, com toda uma rede de estabelecimentos industriais, etc., não somente com poderio econômico-financeiro de grandes monopólios, mas também com posições influentes junto a certos círculos oficiais. A luta contra eles — agora pela proibição de suas ativi-

dades agro-pastoris — não tem sido fácil. Todos os patriotas estão interessados nessa luta contra um novo estrangeiro que procura asfixiar todo um importante setor da produção nacional e apoiar a luta dos pecuaristas, que agora exigem a anulação imediata das conclusões do recente Congresso da Pecuária, realizada em Barretos, e a aprovação, na Câmara Federal, do projeto Aurélio Vianna, que revoga o nocivo decreto-lei de 16 de

PELA PROIBIÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS DOS FRIGORÍFICOS

Foi no curso de uma grande campanha contra as atividades nefastas dos frigoríficos estrangeiros, na ação da agropecuária, que se realizou o Congresso de Barretos, nos primeiros dias do mês corrente. Esperava-se que a revogação do nocivo artigo 4º do decreto-lei de dezembro de 1942, que permitia a proibição total das atividades agro-pastoris daquelas empresas monopolistas estrangeiras. Dadas, porém, as condições de numerosa defesa no Congresso, entre os quais o próprio Ministério da Agricultura, além dos grandes criadores e negociantes de gado de Minas e Mato Grosso, extremamente ligados aos frigoríficos nos negócios do boi negro. De modo que, apesar da luta que travaram os pecuaristas de São Paulo e outros, o Congresso, em sua resolução, adotou a fórmula de exigir a limitação a 20% do abate de gado atualmente feito pelos frigoríficos, de sua própria recria e engorda. Os pecuaristas e suas entidades lutaram para que o governo adotasse, imediatamente, esta decisão. Por outro lado encontra-se na Câmara Federal um projeto de lei, apresentado pelo deputado Aurélio Vianna, que proíbe as atividades agro-pastoris dos frigoríficos. O projeto tem o número 1.901 e foi apresentado em setembro passado. Dispõe sobre a revogação dos decretos-lei nº 5.121, de 31 de dezembro de 1942, e nº 9.883, de 16 de setembro de 1946. A aprovação do projeto Aurélio Vianna responderá aos interesses da pecuária nacional e de todo o povo brasileiro.

Os "Quatro Grandes"

São os seguintes os quatro importantes frigoríficos estrangeiros que operam no país, chamados os "quatro grandes".

FRIGORÍFICO ANGLLO S. A., ligado à Anglo Cold Storage & Products Co. Ltd., de Londres. Atua no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Com um capital de \$100.000.000,00 movimentou, em 1955, cerca de \$1.000.000.000,00. Possui uma fábrica em Barretos (São Paulo) e outra em Mendes (Estado do Rio). Possui uma fazenda própria, com 6.315,20 hectares. Arrenda a subsidiárias vinte e cinco fazendas, abrangendo no todo 344.785,74 hectares e a particulares uma fazenda com 6.050 hectares. Suas pastagens medem, pois, no total 357.151,94 hectares.

CIA. SWIFT DO BRASIL, ligada à International Packers Ltd. e outras empresas internacionais. Com um capital de \$100.000.000,00 movimentou, em 1955, cerca de \$1.500.000.000,00. Possui estabelecimentos em Campinas, Maciã, Pompéia e São João do Rio Preto (São Paulo). Possui em São Paulo, grandes pastagens arrendadas. Possui também o Brasil S. Possui de três fazendas próprias, com 31.704,53 hectares e ainda de outras quatro arrendadas, com 23.609,76 hectares, todas em São Paulo. Suas principais agências distribuidoras encontram-se em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul (cidades de Rio Grande e Rosário) Alagoas e Distrito Federal.

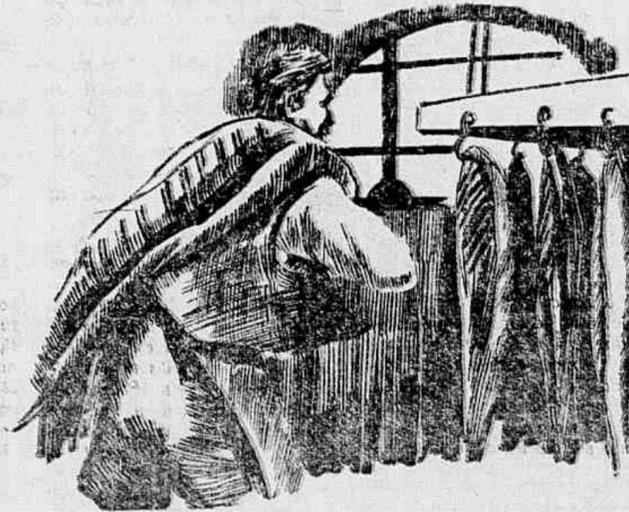
FRIGORÍFICO ARMOUR DO BRASIL S.A., subsidiária da Armour American Corporation. Juntamente com o Frigorífico Armour do Rio Grande do Sul possui um capital de \$250.000.000,00 e movimentou, em 1955, cerca de \$1.100.000.000,00. Sua fábrica encontra-se em Santo Anastácio (São Paulo). Suas principais distribuidoras estão em Santos, Campinas, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Suas pastagens compreendem uma fazenda própria, com 1.452 hectares, e quatro arrendadas, com 17.824 hectares.

FRIGORÍFICO WILSON DO BRASIL S.A., ligado à Cia. Wilson do Brasil. Com um capital de \$300.000.000,00 movimentou, em 1955, cerca de \$1.000.000.000,00. Possui uma fábrica em Presidente Altino (São Paulo). Sua rede distribuidora localiza-se principalmente em Campinas, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Bauri, Curitiba, Ponta Grossa. Suas pastagens compreendem quatro fazendas próprias, com 27.556,19 hectares e mais cinco arrendadas, com 9.559 hectares, todas em São Paulo.

ESTUDANTE SOVIÉTICO DESTROI PROVOCÇÕES

"Os estudantes soviéticos têm numerosas inquietudes. Resistem muito, mas não cederão à instabilidade do sistema socialista", escreve um estudante do Instituto de Engenharia Molotov de Moscou, nas colunas de "Komsomolskaya Pravda", em carta que constitui, segundo a Rádio de Moscou, uma resposta às alegações e calúnias de Allen Dulles, chefe de serviços norte-americanos, do espionagem, a propósito de agitação que pairaria entre os estudantes soviéticos.

Protestando depois contra as calúnias de Allen Dulles, afirma o estudante: "Sabemos e estamos convictos de que a melhor organização da sociedade é a organização socialista. Quanto mais existe a estrutura soviética tanto mais se tornam claras as suas inmensas vantagens sobre o sistema capitalista".



O XX CONGRESSO DO PCUS

PELA RIQUEZA de revelações e em virtude das amplas consequências que já provocou, o XX Congresso do P.C.U.S. é o fato mais importante de 1956. Da reunião dos comunistas soviéticos, em fevereiro passado, logo após o magnífico êxito da viagem de Kruschiov e Bulganin ao Oriente, muito se esperava. Não se previam, entretanto, as modificações operadas no sentido de acelerar o processo de democratização interna do Partido e do Estado soviéticos, nem a proclamação de certas teses que, aliás, lá vinham sendo levadas à prática.

Krushiov, ao apresentar seu relatório, deu papel determinante a três questões do desenvolvimento atual contemporâneo: a coexistência pacífica dos dois sistemas, a possibilidade de impedir as guerras em nossa época e as diferentes formas de transição para o socialismo.

Se, no primeiro caso, estávamos face a uma tese básica do leninismo, nos outros dois tratava-se de um enfoque novo, mais casado e concreto que qualquer outro feito anteriormente.

Entretanto, apesar da importância dessas três teses internacionais, que dia a dia se comprovam mais justas, o relatório Kruschiov teve ainda outros aspectos que lhe deram mais relevo: a análise da situação interna da U.R.S.S., seu progresso nos últimos anos e os defeitos que ainda persistem, apesar de tudo, e, sobre os quais, realiza-se agora maior concentração de fogo, principalmente no setor agrícola.

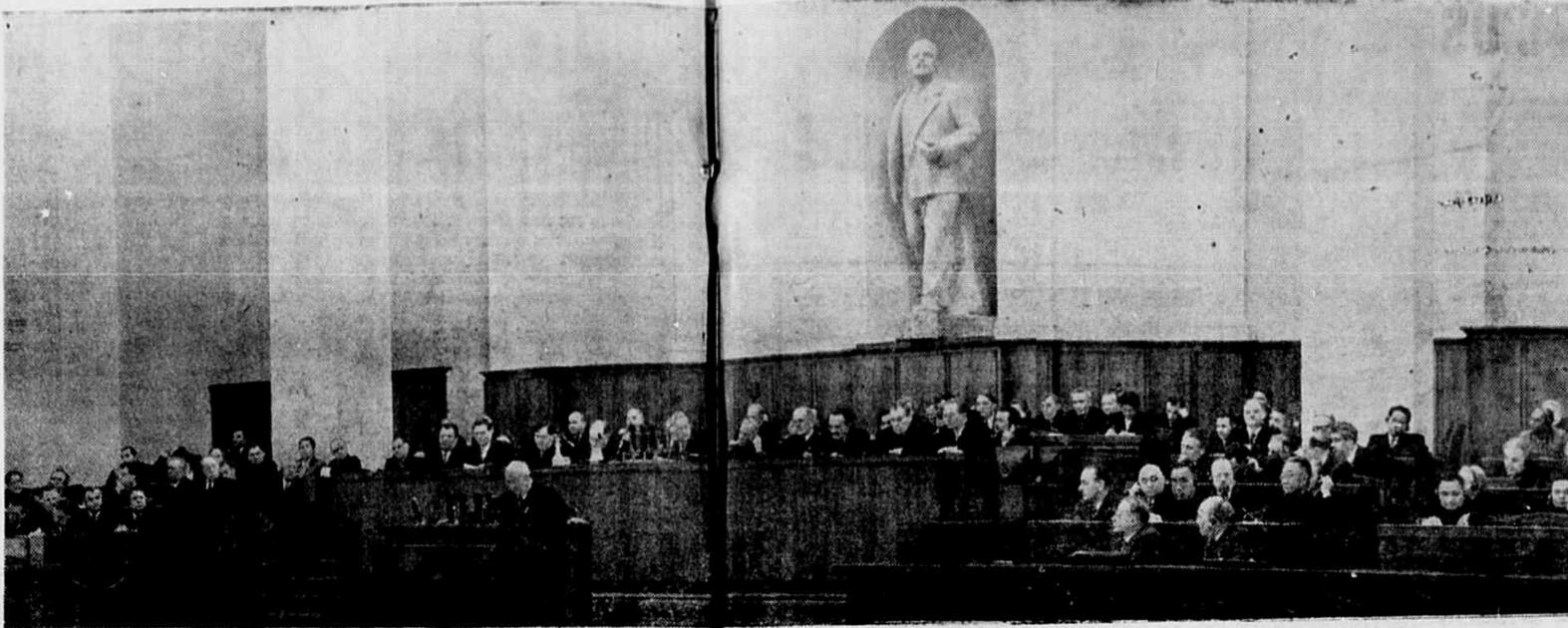
Nos trechos dedicados ao Partido, entrou Kruschiov na questão da abolição do sufocamento da democracia nas fileiras comunistas, denunciando erros anteriores: «Para continuar fortalecendo a unidade do Partido e elevando a atividade de suas organizações era necessário restabelecer as normas da vida do Partido elaboradas por Lênin, normas que se infringiam com frequência», afirmou. E, prosseguindo: «Tinha uma importância primordial o restabelecimento e o fortalecimento máximo do princípio leninista da direção coletiva».

A subtileza com que o informante se refere a Stálin e às críticas severas que em diversas passagens faz ao funcionamento do regime soviético punham em foco, o julgamento do sistema do culto da personalidade vigente até pouco antes.

Mas a grande ênfase seria dada por Mikolain quando disse, dias depois, em sessão plenária que o elemento principal que caracteriza a atividade desenvolvida pelo Comitê Central e seu Presidium, durante este último ano, é o fato de que se criou em nosso Partido a direção coletiva, após uma longa interrupção... «O princípio da direção coletiva — acrescentava o orador — é um princípio elementar para um Partido proletário, para um partido de tipo leninista, mas cabe-nos ressaltar essa verdade, porque durante cerca de vinte anos, não tivemos na realidade direção coletiva, floresceu o culto ao indivíduo já condenado por Marx e posteriormente por Lênin, e isto, naturalmente, não poderia deixar de exercer influência extremamente negativa sobre a situação existente no Partido, sobre suas atividades». Mikolain, adiante, assinalava que a fonte principal dos êxitos nos últimos anos se devia à restauração dos métodos de direção coletiva. «Não só juramos em nome de Lênin, como também realizamos na prática, com todas as forças, as idéias leninistas e cumprimos religiosamente seus mandamentos».

Abria-se, com toda a força, a questão da luta contra o culto da personalidade e, em particular, a questão da reavaliação da obra de Stálin — teórica e prática. Esse seria, nos meses seguintes, um dos elementos essenciais do desenvolvimento do movimento socialista revolucionário, em todo o mundo.

O Partido Comunista da União Soviética, em prazo relativamente curto (três anos), apresentava a público o resultado de uma brilhante elaboração teórica, fruto da prática nacional e internacional, prestando dessa maneira inestimável ajuda a seus irmãos. Mais rapidamente, os defeitos que ainda empecilham o desenvolvimento das forças socialistas, tanto no interior dos partidos, como no plano nacional ou internacional, iriam entrar em processo de combate e liquidação.



1956 NO CENÁRIO MUNDIAL

Alguns fatos marcantes de 1956 - Não conseguiram as forças agressivas levar a cabo seus intentos - Relativa tensão nas relações entre Estados

O banditeiro bombardeio de Port Said pelas tropas inglesas e norte-americanas despertou indignação em todo o mundo.

QUESTÃO DE SUEZ E AGRESSÃO AO EGITO

SEM dúvida alguma, o acontecimento mais agudo das relações internacionais foi a intromissão imperialista nos negócios internos do povo egípcio e, mais tarde, a agressão anglo-francesa a esse país. Em junho, após a tentativa anglo-francesa de sufocar o governo Nasser por meio de medidas econômicas (negativa do crédito para construção da barragem de Assuã) o Presidente Nasser tomou a resolução de nacionalizar a Cia. Universal do Canal de Suez, da forma mais branda possível, pois se comprometia desde logo a indenizar aos acionistas, pelas cotações vigentes na ata de seu decreto.

Inglaterra e França após frustradas as primeiras tentativas de intimidação e intervenção, decidiram-se a convocar a fracassada Conferência de Londres onde foi aprovado o "plano dos 18", base posterior da Cia. dos Usúrios de Suez. Bloquearam-se os fundos egípcios nos bancos americanos, ingleses e franceses. Alegou-se a impossibilidade técnica de o governo do Cairo manter em bom estado de navegação o importante Canal. Mas, os fatos, depuseram em sentido contrário: o tráfego aumentou, sem desastres. Lançou-se mão da retirada dos técnicos, destinada a abrir caminho para a intervenção militar a fim de "restabelecer" o trânsito que, supunham os imperialistas, haveria de ser interrompido com esse golpe. Novo malogro: contratando pilotos, o Egito resistiu à prova.

Então, agindo, à socapa, os governos Eden e Mollet cometeram a mais cinica agressão de que se tem notícia na história do pós guerra. Promoveram o ataque ao Egito por parte do exército de Israel e, imediatamente, apresentaram um ultimato ao país agredido, a fim de que este aceitasse a cessação imediata do fogo, e não expulsasse os agressores de seu território. Rejeitada essa nota indigna, passaram aos atos.

O desfecho é conhecido: o heroísmo do povo egípcio, a solidariedade à sua causa por parte dos povos árabes e todas as nações antimperialistas, a ajuda política soviética e chinesa (que se transformaria em ajuda militar, por meio de voluntários, caso prosseguissem as operações de guerra) e a condenação da aventura por parte dos Estados Unidos, levaram os agressores anglo-franceses a um completo desastre político e militar: a maior parte do Canal permaneceu em mãos egípcias e a Grã-Bretanha e a França foram condenadas pela ONU em duas históricas reuniões da Assembleia Geral. Finalmente, os invasores tiveram de retirar-se do Egito.

A crise de Suez comprovou a possibilidade de os povos semi-coloniais e dependentes resistirem com êxito à agressão imperialista e sustá-la em curto prazo, ao notável aumento das contradições entre os Estados Unidos, de um lado, e a Grã-Bretanha de outro. Ela precipitou uma séria crise nas relações entre os aliados imperialistas, ainda em desenvolvimento, e de consequências imprevisíveis a curto prazo.

VIMOS, de passagem, os principais fatos de 1956. Claro que não são os únicos importantes. Outros acontecimentos que eles se ligam ou deles decorrem (Congressos do P.C. Chinês, P.C. Italiano, P.C. Francês, etc., as propostas soviéticas de desarmamento, a perda de prestígio dos conservadores na Grã-Bretanha e o afastamento temporário de Eden) têm grande relevo. Ao fundar-se o P.C. da Índia, assumem raro destaque as visitas de Sukarno à China e U.R.S.S. e de Chu En-lai à Índia, Birmânia e Paquistão e a viagem de Nehru aos Estados Unidos da América.

Foram doze meses de dificuldades mas, também, de grandes vitórias. Afirmon-se, mais do que antes, a possibilidade de desenvolvimento e de reforço econômico e político. A exceção húngara não altera essa tendência. O movimento democrático das massas abre novas estradas para o futuro. Tem razão os povos e as forças democráticas para serem plenamente otimistas.



Cresceu a importância, no cenário internacional, dos países da Ásia e África. No clichê abaixo: visita de Sukarno à China Popular.

POLÔNIA E HUNGRIA

Os exemplos da Polônia e Hungria são dois paradigmas de dois encaminhamentos diversos dentro da nova situação.

Naqueles dois países socialistas a ordem legal havia sido profundamente ferida por métodos anti-socialistas de direção. Aos fatores de burocratismo, afogamento da crítica, prisões ilegais, etc., que puderam medrar no sistema do culto, agregavam-se, nos dois casos, distúrbios na ordem econômica, acartando milhões ao nível de vida dos trabalhadores e das amplas massas, além de relações nem sempre em pé de igualdade com outros países socialistas, sobretudo a U.R.S.S.

Foi a felicidade da Polônia terem seus dirigentes, nos últimos tempos, possuído a sabedoria de não sufocar a crítica, num processo que levou à consequente ascensão de Gomulka, no passado encarcerado por cinco longos anos por opor-se aos métodos anti-leninistas levados à prática no plano nacional e internacional. Manteve-se dessa maneira, o regime socialista que um acúmulo de erros poderia por em risco. Quando as manifestações de Poznan levaram ao auge as provas de descontentamento, as forças socialistas já estavam bem aptas a tirar disso as consequências necessárias. Procedeu-se a modificação da direção partidária e do governo; restaurou-se a base das relações fraternais com a U.R.S.S., prejudicada por fatores extra-socialistas que não vem a pélo analisar aqui.

Na Hungria, o processo não seguiu o mesmo rumo. Aquil, fora muito mais dura a dominação dos métodos stalinistas de direção e eles haviam levado ao sacrifício honrados e competentes dirigentes da classe operária e do Partido, entre os quais Lázlo Rajk, enforcado sob a imputação de traição. Não se pode negar alguns passos anteriores. Mas eles foram tímidos procurando certos membros da direção responsável — sobretudo Rakosi — fugir à responsabilidade. Refreada nas fileiras partidárias, a onda de justo descontentamento saltou os diques e tomou muitas vezes formas inadequadas. Quando se deu, finalmente, a queda de Rakosi não chegou a ser uma modificação de fundo, pois Erno Gero continuou, com mais flexibilidade, a lançar mão dos mesmos processos anteriores.

Quando, a 23 de outubro, já em plena crise de governo, Imre Nagy foi alçado ao poder, não se mostrou à altura de conduzir a situação que, explorada por elementos reacionários e instigada pelo imperialismo, levou a Hungria a uma das maiores crises de sua história, forçado que foi o novo governo a recorrer às tropas soviéticas para controlar a situação militar.



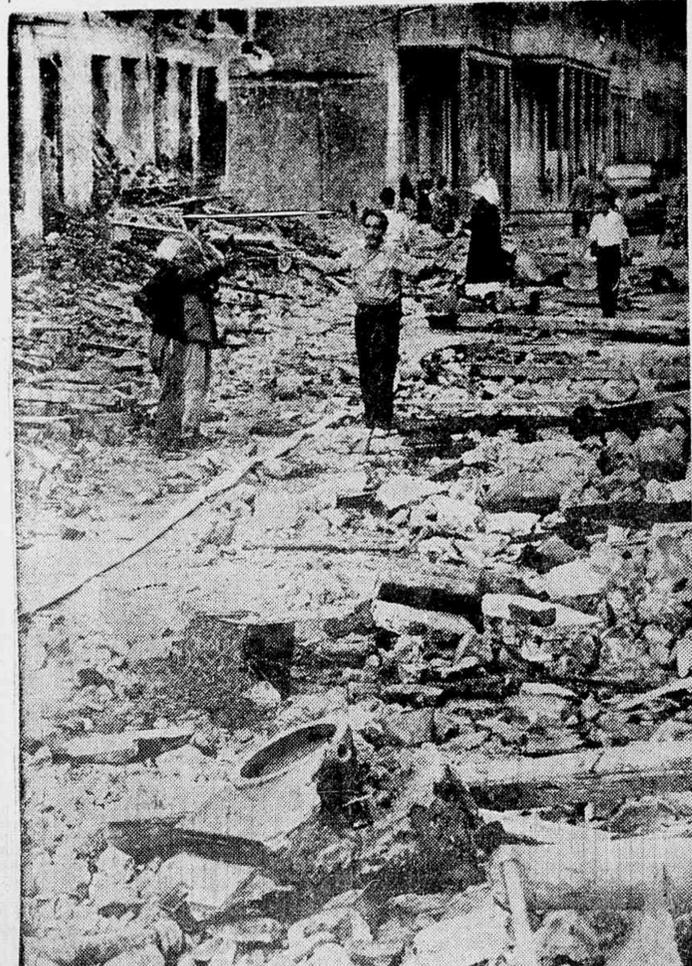
A Hungria — cenário do terror branco dos restauradores do capitalismo e dos fascistas de Horthy. Milhares de comunistas foram selvagemmente assassinados em poucos dias. Na foto abaixo, um soldado da segurança, morto, com uma baioneta atravessada na garganta e um retrato de Lênin sobre o peito.

Eleições Norte - Americanas

FOI durante as crises de Suez e Hungria que se realizaram nos Estados Unidos as eleições presidenciais, vencidas por ampla margem pelo general Eisenhower. Concomitantemente, o eleitorado deu ampla vitória, na Câmara dos Representantes, no Senado e nas governadorias estaduais aos candidatos do Partido Democrata, embora Adlai Stevenson, apontado por esse grêmio político para a presidência, recolhesse apenas pouco mais de 40 por cento dos sufrágios.

Os resultados das eleições norte-americanas assinalam o crescente reforço da consciência pacífica e democrática do povo dos Estados Unidos. Com a eleição de Eisenhower os votantes indicaram, sobretudo, a confiança pessoal em um estadista que além de graves atos perturbadores das relações internacionais (Guatemala, por exemplo) teve também a capacidade de chegar a entendimento concreto com os países socialistas em alguns assuntos da maior importância, tais como o da guerra da Coreia e da Índia.

China. Foi, por outro lado, em seu governo, que se iniciou novo período de entendimento e de negociações com a União Soviética, sendo o ponto mais alto dessa política, a Conferência de Genebra entre as quatro potências. A margem de confiança do eleitorado, foi, assim, em grande medida, um voto de paz, para o qual contribuiu a atitude cautelosa que tomara o presidente na questão de Suez. Sem qualquer dúvida, na política externa, a campanha dos democratas fora enfraquecida pelo fato de seu candidato tomar para ponto de partida de suas críticas ao general Eisenhower precisamente aqueles atos de entendimento, apresentados como «apaziguamento dos russos» por seus adversários. Por outro lado, no plano interno, os democratas levantaram palavras-de-ordem muito importantes como a defesa das liberdades constitucionais, a maior assistência aos lavradores, a abolição do serviço militar e a revogação de leis anti-operárias. Disso lhes adveio a vitória bi-cameral.



NO CLICHE À DIREITA E ACIMA — Visão da mesa dos trabalhos do XX Congresso do P.C.U.S., grande acontecimento dominante no ano que termina, quando falava N. S. Kruschiov.

1956: Novos Da Unidade



O ANO QUE TERMINA ASSINALA IMPORTANTES INICIATIVAS PARA O MAIS AMPLO CONGRACAMENTO DAS MASSAS TRABALHADORAS — O EXEMPLO DAS COMEMORAÇÕES DE 1.º DE MAIO — CONQUISTA DE AUMENTOS DE SALÁRIOS, MAS PEQUENA ATIVIDADE CONTRA A CARESTIA DA VIDA — CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E DEFESA DA LEGISLAÇÃO SOCIAL — PARA 1957: TORNAR EFETIVA A PALAVRA-DE-ORDEM DE SINDICALIZAÇÃO EM MASSA

Retrospecto de
ROBERTO MORENA



Movimento operário e sindical, caracterizou-se como um ano de franco progresso na unidade das ações dos trabalhadores e de suas organizações sindicais. Podemos destacar dois acontecimentos que deixaram um grande e positivo saldo para a tão necessária unificação das forças proletárias: a realização das comemorações do 1.º de Maio e a campanha pela elevação do salário-mínimo. Estes dois fatos marcantes na vida sindical do Brasil ainda não foram suficientemente analisados, a fim de que se tirem deles todos os proveitos para ampliar e consolidar a frente única dos trabalhadores.

As celebrações de 1.º de Maio

Na celebração do 1.º de Maio, em todas as regiões do Brasil, a bandeira da unidade foi erguida por todas as categorias profissionais, todos os organismos sindicais, várias comissões inter-sindicais e principalmente as confederações. Estas últimas, antes, sempre fizeram manifestações isoladas e com objetivos e palavras de ordem diferentes. Neste 1.º de Maio, o «Discurso do Trabalhador» não só teve um conteúdo mais objetivo, como também pôs em relevo a necessidade da independência do movimento sindical diante do governo, a necessi-

dade da defesa da liberdade sindical e de direitos como os de livre reunião e de greve.

No campanha pela elevação do salário-mínimo, campanha que durou apenas três meses e meio, houve intensa mobilização de massas e tudo correu sem dissensões. Houve unidade entre todos os sindicatos, inclusive no estabelecimento das percentagens de aumento. Foi lançada a idéia da unificação do salário-mínimo, sem as grandes diferenças existentes entre as várias regiões.

Conquistas de aumentos de salários

1956 foi também um ano de elevação de salários. Os aumentos salariais nos primeiros seis meses do ano apressaram a elevação do salário-mínimo, e os novos níveis do mínimo, por sua vez, estimularam o aumento geral em todas as categorias profissionais e em todas as regiões. Em linhas gerais, os aumentos oscilaram entre 20 e 30 por cento. Esses reajustamentos salariais processaram-se, na sua grande maioria, através de entendimentos e negociações com os empregadores, diretamente com eles ou por intermédio de suas organizações — sindicatos e federações patronais.

Embora a grande maioria desses aumentos não tenha sido fruto de greves, resultaram da mobilização e da organização dos trabalhadores. Nenhum aumento se concretizou sem meses de constantes reuniões, assembleias, visitas às fábricas, ameaças de greve, paralisações parciais, etc. Tornou-se evidente a maior compreensão do valor da organização sindical, fator de vitórias mais rápidas nos movimentos reivindicatórios.

Cai o número de dissídios

Houve uma queda do número de dissídios, conflitos — processos demarcados — que têm possibilitado aos empregadores negarem, retardarem e quase sempre reduzem o valor das reivindicações tão justamente reclamadas pelos trabalhadores.

Não há, infelizmente, estatísticas que demonstrem o montante do valor dos aumentos obtidos. Mas podemos afirmar, sem temor contestações, que o ano de

1956 representou um período de melhoria substancial nos salários nominais e ordenados dos trabalhadores, tanto na indústria e comércio, como no transporte e em outros ramos de atividade. Entretanto, estes aumentos têm sido rapidamente devorados pela carestia da vida, contra a qual nem o governo e nem os trabalhadores, organizadamente, empreenderam, ainda, uma luta séria, organizada e sistemática.

Em Volta Redonda reuniu-se nos últimos dias de abril a Primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, importante passo dado no ano que finda para a unidade e a organização da poderosa corporação.

Acontecimento que abriu novas perspectivas para a unidade do movimento operário e sindical brasileiro foi, em 1956, a comemoração do 1.º de Maio, da qual participaram os trabalhadores, os sindicatos, as federações e o governo.

Leis trabalhistas e previdência social

EM 1956, talvez como corolário das lutas dos anos anteriores, concretizou-se o desejo dos trabalhadores, principalmente dos dirigentes e militantes sindicais, de tornar mais conhecida e mais aplicável a legislação social e trabalhista. Resultado dessa luta foi a criação, por parte do governo, de uma comissão para estudar e propor reformas na estrutura das instituições de previdência social, de outra para rever a Consolidação das Leis do Trabalho e ainda, em âmbito mais estreito, de uma composta de técnicos e juristas para examinar os processos empregados nos tribunais do trabalho.

A discussão, o estudo, o conhecimento da Legislação Trabalhista e Social torna-se uma preocupação, justa e necessária, dos dirigentes e militantes sindicais. Jornais sindicais (ou jornais com seções sindicais) se têm ocupado do assunto com frequência e com mais objetividade.

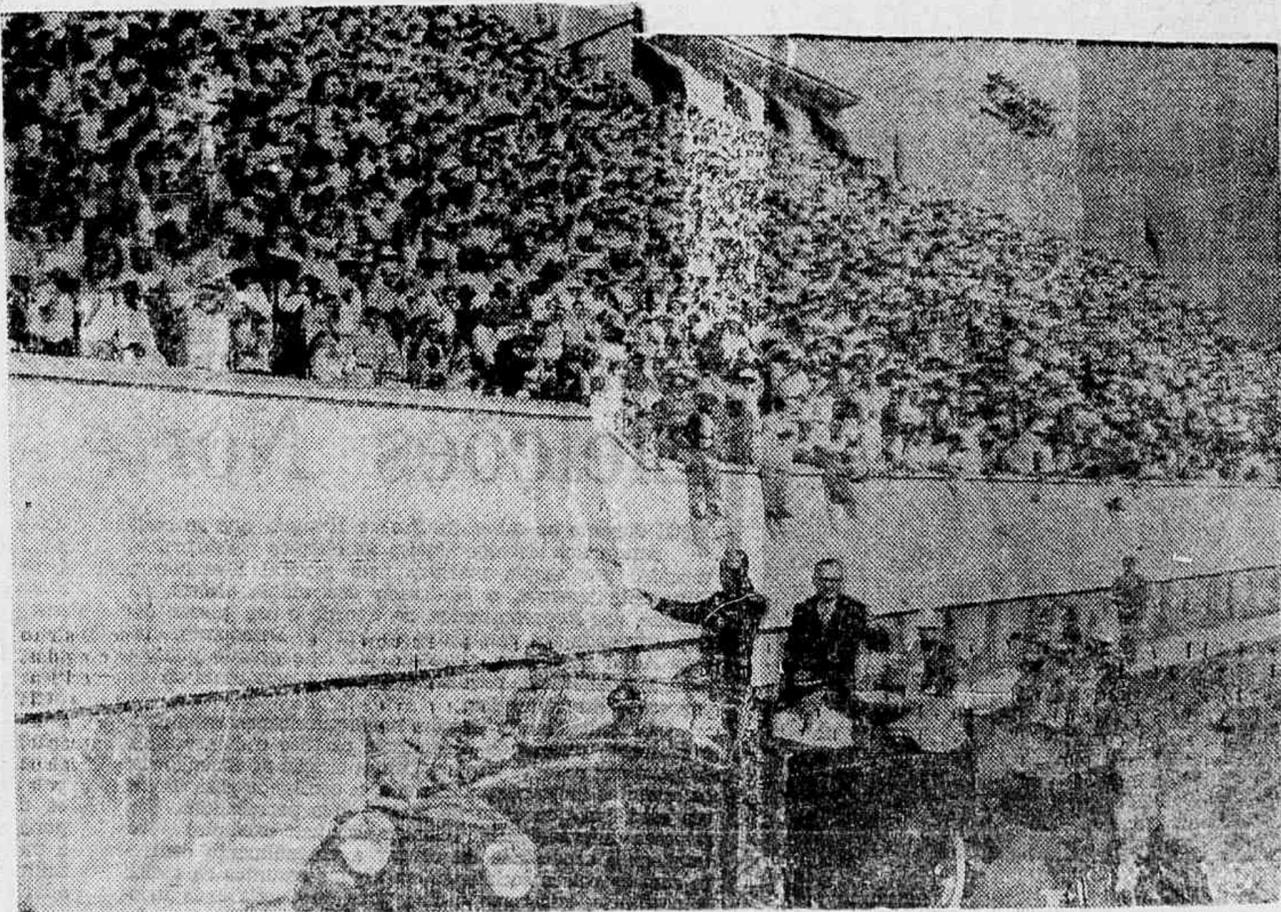
Entretanto, encerrou-se o ano de 1956 sem que a Comissão de Estudos da Reforma da CLT apresente qualquer coisa de positivo nesse terreno. Apenas realizou, por inspiração e convocação de um de seus membros, um debate sobre o direito de greve, sua regu-

lamentação e a revogação do decreto anti-greve 9.070. Entramos em 1957 com essa urgente e inadiável tarefa: tornar aplicáveis muitos dispositivos constitucionais, principalmente referentes ao art. 157 e seus parágrafos, os arts. 145, 146 e 147, relativos aos direitos econômicos da massa laboriosa.

Reforma da Previdência

A conclusão a que chegou a comissão criada pelo Decreto 29.206, de 22 de maio de 1956, não satisfizeram às organizações sindicais. O projeto de lei já enviado pelo Executivo ao Parlamento, calcado nessas conclusões, se aprovado, virá complicar, burocratizar e onerar ainda mais as instituições de previdência social. É uma grande tarefa para 1957, a de impedir que esse projeto seja aprovado sem as emendas e propostas das organizações sindicais.

Também ainda 1956 sem que se tenha conseguido a democratização de muitos dispositivos da CLT, que ainda impedem a livre exercício do direito sindical. É urgente a aprovação de medidas como a passagem de todo o dinheiro do imposto sindical para as entidades operárias, a livre escolha de filiação às organizações internacionais dos trabalhadores, etc.



Passos no Caminho da Classe Operária

Algumas conquistas operárias

No decorrer dos últimos meses os trabalhadores no comércio de minérios e combustíveis conseguiram, após uma vigorosa greve de vários dias, ver vitoriosa a aplicação de uma nova lei, estabelecendo o pagamento aos empregados de um adicional de 30 por cento sobre seus salários, quando operando em condições de periculosidade.

Por outro lado, os empregados no comércio hoteleiro, casas de saúde, hospitais, etc., terminaram o ano com o triunfo de uma justa reivindicação: a redução do desconto de alimentação para 25% do salário (antes era de 30%).

Mas, devemos considerar 1956 como um ano em que se assentaram bases seguras para a melhor defesa das leis sociais e trabalhistas, da sua ampliação, da sua reforma e democratização.

Movimentos Grevistas

Realizaram-se este ano vários movimentos grevistas. Embora não fossem numerosas, as greves, na sua imensa maioria foram vitoriosas. Destacam-se as que se verificaram na indústria de transporte: a das empresas marítimas particulares, a dos aeroviários e aeronautas, a dos empregados em transportes urbanos, bondes e ônibus, e nas ferrovias. A dos marítimos e

a dos aeroviários e aeronautas foram de caráter nacional. Na luta pela elevação do salário mínimo, tivemos a exemplar greve de 24 horas no Rio Grande do Sul que abarcou todo o Estado; a de protesto, no Maranhão, movimentos grevistas em São Paulo, em diferentes ramos profissionais. Não houve um só ramo industrial que não fosse afetado por movimentos grevistas.

Em geral foram movimentos de curta duração, tendo o Ministério do Trabalho procurado intervir, tentando algumas vezes ameaçar as grevistas com a aplicação do 9.070, sendo derrotado em todos esses intentos. A esmagadora maioria das greves foi dirigida pelos sindicatos, e algumas já com a participação direta das federações.

CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

OUTRO fator que se deve levar em conta no balanço de 1956 foi a realização de importantes e significativos congressos e conferências estaduais e nacionais. Pode-se destacar a Conferência Nacional dos Metalúrgicos, levada a efeito de 27 de abril a 1º de maio, em Volta Redonda.

Precedida de várias conferências estaduais e municipais, principalmente as do Distrito Federal e S. Paulo, essa Conferência demonstrou um alto grau de compreensão e unidade dos metalúrgicos, desde o exame e debate de seus problemas especiais até a defesa da indústria nacional.

O Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado em Salvador, Bahia, convocado e dirigido pela UNSE, reforçou o desejo e a vontade dos funcionários de lutarem unidos por uma justa reclassificação dos cargos e a melhoria constante da máquina administrativa, bem como, a unificação das atividades de milhares de organizações de todas as categorias de servidores do Estado.

O VI Congresso Nacional dos Bancários, que teve lugar em Porto Alegre, constituiu um grande acontecimento para os empregados em estabelecimentos de crédito, pois não só examinou os problemas mais palpatantes da categoria profissional, como a ampliação da previdência social, horário, cooperativas, unificação de salários, mas também lançou as bases da futura Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Contactos Internacionais

Dois acontecimentos significativos tiveram lugar em 1956, no que concerne às relações internacionais dos trabalhadores e das organizações sindicais brasileiras com seus irmãos do exterior. Em abril, por ocasião do conclave nacional dos metalúrgicos, esteve em nosso país Marcel Blas, secretário da União Internacio-

nal dos Sindicatos Metalúrgicos (departamento profissional da F.S.M.) e membro da Federação Francesa dos Sindicatos Metalúrgicos. Esta visita, que se estendeu a São Paulo, contribuiu para o fortalecimento das relações entre os metalúrgicos do Brasil e da França e assinalou a bem acolhida pre-

sença da F.S.M. em nosso país.

Nesse período estiveram também em nosso país, nas comemorações do 1º de Maio, dirigentes da União Internacional dos Trabalhadores em Transportes (órgão especializado da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres). Posteriormente, uma



Entre aspectos positivos foram os frequentes contatos entre os dirigentes sindicais dos trabalhadores e dos sindicatos e o presidente da República.

delegação da AFL - CIO, encabeçada por seu presidente, George Meany, esteve também em visita ao Rio e a São Paulo. Essa viagem não trouxe resultados positivos, dada a orientação discriminatória seguida pelos líderes sindicais norte-americanos e ao isolamento em que se mantiveram dos trabalhadores e de suas múltiplas organizações.

Além disso, o governo americano, por intermédio

do chamado Ponto IV de seu programa de ajuda aos países subdesenvolvidos, (entre os quais incluem o Brasil) levou vários dirigentes sindicais aos Estados Unidos, devidamente selecionados (não se permitiu nenhuma designação pelos organismos sindicais) para visitar os sindicatos e fábricas norte-americanas. Uma comissão de três dirigentes sindicais dos ferroviários (de São Paulo e Rio G. do Sul) este-

ve na União Soviética e em países de democracia popular, trazendo vivas experiências.

De uma maneira geral, nada que debilmente, vai sendo despertado o sentimento da necessidade de maiores e mais permanentes relações entre o movimento operário do Brasil com os dos demais países do mundo. Esse é um dever e um imperativo da solidariedade internacional dos trabalhadores.

Participam os trabalhadores da vida política

EM 1956 o movimento sindical teve grande influência e atuação na vida política do país. A batalha pela posse dos eleitos no pleito de 3 de outubro de 1955, srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, teve um forte eco no movimento sindical. Várias demonstrações, em todo o país, deixaram bem claro que as forças dos trabalhadores já têm uma importância decisiva nos acontecimentos políticos. Documentos amplos, com as assinaturas de centenas de dirigentes sindicais, expressaram a sua inabalável fé e confiança na democracia e a disposição de lutar por sua defesa e ampliação.

As constantes entrevistas com o presidente e o vice-presidente da República, com os governadores e prefeitos e com as casas legislativas foram de extraordinário alcance político. E não ficou apenas na troca de pontos de vista com os poderes Executivo e Legislativo, mas em certos casos houve atos con-

cretos e positivos para o atendimento de algumas reivindicações. Neste sentido, podem-se mencionar a luta vigorosa pela reforma do aumento das pensões de honorários do Distrito Federal e, mais tarde, movimento contra o aumento dos ônibus; a criação da comissão operário-estudantil em São Paulo, o Pacto de Unidade Intersindical mantido com constante e próspera palestra com o governador e com o prefeito sobre vários problemas da população (preços dos gêneros alimentícios, transporte, etc.). Assim na grande assembleia também no Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, e outros Estados.

Essa luta trouxe enormes experiências para que os trabalhadores participem com maior amplitude a acerto, participando organizadamente da vida política do país.

Outros passos no caminho da unidade

Nas últimas semanas de 1956, depois da celebração do 10º aniversário da CNTL, com o lançamento de sua Carta Econômica e de seu programa de ação, iniciou-se uma nova etapa na unificação das atividades das forças dos trabalhadores. É evidente que a direção da CNTL começa a sentir que sem a mobilização dos trabalhadores e de seus organismos de classe, não se poderá levar a cabo nenhum programa de reivindicações de defesa dos direitos da massa trabalhadora. Nesse sentido, a criação e o desenvolvimento dos conselhos regionais da CNTL significa uma contribuição à base da unidade dos trabalhadores.

As linhas gerais esboçadas no "Discurso do Trabalhador", no dia 1º de Maio, ficaram sem ressonância, se não fosse elaborado um programa que unificasse os objetivos e os propósitos dos trabalhadores de todas as categorias profissionais de todas as regiões, de todas as tendências políticas. Pode-se afirmar que termina o ano de 1956 com o lançamento das bases de um programa que pode ser ratificado ou aprovado num conclave que reúna todos os trabalhadores e organizações sindicais.

Avulta nesse programa já

esboçado e discutido, tanto nas confederações, nos sindicatos, nas intersindicais, nas tribunas sindicais ou nas colunas dos jornais, a luta pela constante melhoria das condições de vida do trabalhador, em defesa e pela ampliação dos direitos econômicos e políticos das massas laboriosas: direito de livre organização (já se iniciam novas reformas em estatutos sindicais), libertando gradativamente os sindicatos da tutela do governo; direito de greve, entrega do imposto sindical unicamente aos sindicatos, o maior e mais amplo direito dos trabalhadores na justiça do trabalho e, sobretudo, reforma da previdência social. Isto, além da luta pelo desenvolvimento industrial do país contra a política de entrega das riquezas

do Brasil aos tristes estrangeiros, no livre comércio de nosso país com todos os países do mundo, a luta pela extensão da legislação social aos trabalhadores rurais e a reforma agrária.

Já o movimento sindical se capacita de que não pode estar somente centrado nas lutas pelos aumentos de salários. É necessário que se assente em bases sólidas, que lhe deem uma atividade permanente, que o elevem a uma posição atuante e decisiva na vida do país, que o liguem politicamente às grandes massas laboriosas da cidade e do campo. Assim os trabalhadores já participam mais unitariamente da luta em defesa da liberdade, do progresso, e do bem-estar do povo, caminho para novas batalhas pela emancipação da classe operária.

Perspectivas para 1957

DIANTE do ano que se inicia e diante do que foi feito em 1956, abrem-se novas e mais amplas perspectivas. As lutas serão muitas vezes árduas, mas já temos condições de prever a conquista de novos êxitos, se os trabalhadores se unirem mais estreitamente em torno de suas organizações sindicais.

Ao lado da luta pela execução das tarefas constantes dos programas em elaboração e discussão nas entidades sindicais, avulta, sem dúvida, a de ampliar e reforçar a organização da classe operária. 1957 poderá ser um ano de grande atividade no domínio organizativo. Os efetivos sindicais são ainda muito baixos e não correspondem aos êxitos obtidos. Sindicalização em massa não poderá ser, apenas, uma palavra-de-ordem, e sim uma constante preocupação prática dos dirigentes militantes sindicais.

Assim é que se dará uma vida intensa nos sindicatos, federações e confederações. Assim é que se poderá levar a organização, como tarefa inadiável, até os locais de trabalho. Uma organização sindical que se amplie, se desenvolva e reforce continuamente poderá tomar o ano de 1957 um ano de lutas e vitórias e de inderestrutível unidade dos trabalhadores do Brasil.



Para conquistar suas reivindicações, os trabalhadores também viram forçados a recorrer à arma da greve. Na foto, concentração de marítimos antes da decretação da greve pela equiparação.

Na Ordem do Dia Medidas de Reforma Agrária



NAO SÓMENTE a luta dos camponeses, com o apoio do proletariado e de sua vanguarda, levou a que a necessidade de uma reforma agrária no país se convertesse, hoje, em uma questão na ordem do dia. Para isso também contribuíram, em grande medida, as exigências do desenvolvimento capitalista no país que, particularmente nos últimos dez anos, processou-se em um ritmo considerável, entrando em choque com a estrutura agrária arcaica que freia as forças produtivas e antepõem toda a sorte de obstáculos ao progresso industrial.

Palavra de ordem não há muito tempo restrita a alguns setores das massas camponesas e das correntes de opinião, a reforma agrária é hoje reclamada por influentes setores do comércio e da indústria e por forças políticas ponderáveis, que a incluem em seus programas. Reclamam-na igualmente, inúmeros órgãos da imprensa, setores de lida

e do próprio governo. A intensificação da luta por aquela importante medida democrática poderá levar a que se dêem passos imediatos no sentido de realizá-la. E isso interessa, em primeiro lugar, aos milhões de camponeses, vítimas do atraso e da opressão do latifúndio.

épios podem tomar iniciativas nesse sentido. O fato de que já existem, em alguns Estados, iniciativas visando a realização de medidas de reforma agrária, indica o quanto é esta uma questão amadurecida.

Mesmo em âmbito municipal já começam a surgir iniciativas semelhantes. Na Câmara Municipal de Pirapólis (São Paulo), por exemplo, já existe um projeto que visa entregar aos camponeses as terras inaproveitadas do município.

É evidente que iniciativas como estas podem ser estimuladas e apoladas em diversos Estados, tanto mais quanto ponderáveis setores dos governos estaduais manifestam-se favoráveis à adoção de medidas de reforma agrária. Recentemente, por exemplo, o governador mineiro Bias Fortes declarou, em uma conferência de lavradores reunida em Belo Horizonte, que os camponeses poderiam contar com seu inteiro apoio na luta pela realização da reforma agrária.

Medidas de reforma agrária

Duas importantes iniciativas

A realização de uma reforma agrária implica em medidas de profundo alcance, que levem à divisão dos latifúndios e a sua distribuição aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra. Isso não quer dizer, porém, que devam ser desprezadas quaisquer iniciativas que possam, neste ou naquele Estado, nesta ou naquela região do país — mesmo neste ou naquele município — facilitar aos camponeses o acesso à terra. Há, na Câmara Federal, pelo menos dois projetos de reforma agrária, um dos quais do deputado Nestor Duarte. Dormem, há muitos anos, nas gavetas do Palácio Tiradentes. Apesar dos defeitos que neles se possam assinalar — e não são poucos — interessa discuti-los. Isso não significa, porém, que só se possa encerrar a realização de medidas de reforma agrária através da Câmara Federal, embora somente a esta caiba legislar sobre a matéria, em caráter nacional. Os Estados e, mesmo os muni-

Na Assembléia Legislativa do Ceará, por exemplo, há um projeto sobre a distribuição aos camponeses sem terra das imensas áreas de terras devolutas do Estado. Há, no Ceará, mais de 750 mil hectares de terras devolutas, a maior parte das quais encontra-se em zonas férteis, próximas a açudes, etc. São, porém, inaproveitadas, enquanto centenas de milhares de camponeses não possuem de seu um só hectare. Não há dúvida que o projeto referido é uma iniciativa da maior importância no sentido de facilitar a milhares de homens do campo a posse de um pedaço de terra.

No Amazonas, o governador Pinho Coelho, após discutir com a bancada de seu Partido (P.T.B.) na Câmara Estadual a necessidade de medidas de reforma agrária, decidiu entregar a uma comissão de técnicos a tarefa de elaborar as medidas, a fim de que fossem por ele enviadas à Assembléia Legislativa.

Na Assembléia Maranhense cogita-se de modificar a Lei de Terras do Estado, a fim de facilitar aos camponeses o acesso à terra.

APOIO ÀS INICIATIVAS QUE VISEM DAR TERRA AOS CAMPONESES

IMPORTANTES setores das massas camponesas já assumem uma atitude de apoio ativo às iniciativas que visem facilitar o acesso à terra e o amparo aos lavradores — mesmo quando se trata de medidas parciais e sem prejuízo da luta em que se empenham pela realização da reforma agrária no país. Compreendem que, ao contrário de debilitar ou desvirtuar, aquelas iniciativas em geral contribuem para estimular e ampliar o movimento nacional pela reforma agrária.

Nesse sentido têm-se pronunciado as últimas conferências de lavradores e trabalhadores agrícolas, realizadas em diversos Estados ou regiões do país. Estas conferências encaram a situação local e adotam resoluções baseadas em reivindicações que podem, mesmo parcialmente, ser solucionadas no Estado ou região, por seus governos ou câmaras legislativas.

Eis alguns exemplos:

A CONFERÊNCIA dos Lavradores de Dourados e Itaporã (Mato Grosso) resolveu lutar pela medição da área ainda não distribuída do Núcleo Colonial de Dourados e sua entrega, juntamente com os títulos definitivos de posse, aos camponeses sem terra. A Conferência decidiu, ainda, lutar pela ampliação do Núcleo, com incorporação, ao mesmo, dos latifúndios circunvizinhos, que devem ser desapropriados por interesse social, como manda a Constituição.

NO MARANHÃO, uma Conferência Agrária Estadual (meados do mês corrente) incluiu em seu temário as seguintes reivindicações: 1) reforma da Lei de Terras do Estado com o fim de facilitar aos camponeses o acesso à terra;

2) entrega aos camponeses das terras inaproveitadas, especialmente as pertencentes ao Estado; 3) estudo dos proje-

tos de lei de reforma agrária já apresentados à Câmara Federal.

RECENTE Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, realizada sob o patrocínio da ULTAP, adotou a resolução de encarregar essa entidade de entrar em entendimentos com o governo do Estado, os representantes dos diversos partidos na Assembléia Legislativa e outras autoridades, com o fim de coordenarem medidas visando a facilitar aos camponeses a posse da terra. O movimento pela realização de medidas de reforma agrária no Pará vem tomando, nos últimos tempos, notável impulso em todo o Estado.

EM MINAS GERAIS, a última Conferência de Lavradores resolveu lutar pela entrega aos camponeses das terras devolutas ou inaproveitadas.

Resoluções idênticas vêm sendo tomadas por outras reuniões de representantes dos camponeses, em diversas regiões do país, e por numerosas organizações de lavradores

OUTRA questão importantíssima que, atualmente, vem merecendo particular atenção das assembléias, conferências e organizações camponesas é a do reconhecimento, aos posseiros, da propriedade das terras que ocupam. A entrega, a estes dos títulos definitivos de posse é uma reivindicação importante, que interessa a muitos milhares de posseiros e ocupantes os quais muitas vezes são alvo (como aconteceu recentemente em Nanuque, Minas Gerais, ou em Formoso, Goiás) de violências dos latifundiários, que pretendem expulsá-los das terras. Eles reclamam a entrega definitiva dos títulos, o rápido desembaraço, nas repartições competentes, dos processos de requerimento de títulos, etc. O estudo da legisla-

ção específica — que muitas vezes cria embaraços àquelas reivindicações e exige, portanto, reformas — já começa a ser feito por algumas organizações camponesas nos Estados. Pode-se avaliar a importância dessa questão sabendo-se que segundo o Censo Agrícola de 1950, 10,1% das propriedades agropecuárias existentes no país eram ocupadas por posseiros.



A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

OS COMUNISTAS sempre lutaram e lutam firmemente por uma reforma agrária que dê a dezenas de milhões de camponeses não somente a posse da terra, como os meios indispensáveis a cultivá-la com proveito. E sabem que esse objetivo não poderá ser alcançado por meio de medidas parciais ou superficiais. Mas consideram que, nas atuais condições, é possível adotar medidas relativamente amplas de reforma agrária, capazes de assegurar o acesso à terra a milhões de irmãos nossos que, hoje, vivem e mourejam nos latifúndios ou são obrigados a emigrar, na vã esperança de uma vida menos miserável.

Por isso, os comunistas assumem uma atitude construtiva em relação a todas as iniciativas que visem a adoção de medidas

de reforma agrária, mesmo que estas sejam parciais ou limitadas e, como força política independente, lutam por ampliar estas medidas, corrigir seus aspectos negativos, estender seus benefícios. Esta é a posição definida (em outubro) no Projeto de Resolução do CC do PCB. Lutadores conseqüentes pelos interesses das massas camponesas, os comunistas mostram-se dispostos a ajudar as massas e às suas organizações a conquistarem reivindicações e a conseguirem do governo medidas e providências que lhes tragam benefícios, mesmo parciais, e que melhorem suas condições de vida. Os comunistas apoiam e estimulam todas as iniciativas que beneficiem as massas camponesas e contribuirão para que estas iniciativas sejam levadas à prática com êxito e ampliadas.

IMENSAS AREAS INAPROVEITADAS

EMBORA mais de 30 milhões de brasileiros vivam no campo, o número dos proprietários em nosso país é insignificante. Predomina o latifúndio. Segundo o Censo Agrícola de 1950, possuíamos 2.064.527 propriedades agropecuárias, que ocupavam uma área de 733.705.474 hectares, correspondendo a menos da metade da área total do país. Disponho, pois, de uma imensidão de terra, sem dono, inaproveitada, enquanto na sua esmagadora maioria os camponeses não possuem terras. É verdade que a maior parte daquelas áreas encontra-se distante dos centros urbanos e dos meios de comunicação. Não interessa aos camponeses receber terras em regiões longínquas. Mas há imensas áreas, próximas aos centros habitados e às vias de transporte, que se encontram inaproveitadas. Da área global das propriedades agropecuárias, 33.804.258 hectares (14,4%) são de terras incultas. As terras ocupadas em lavouras e pastagens representam, apenas, respectivamente 8,6% e 4,6% da área global.

É a seguinte, de acordo com o Censo Agrícola de 1950, a percentagem de terras incultas na área total das propriedades agropecuárias, nos diversos Estados: Amazonas — 8,2; Pará — 17,7; Maranhão — 24,5; Piauí — 25,7; Ceará — 29; Rio Grande do Norte — 28,2; Paraíba — 21,5; Pernambuco — 32,2; Alagoas — 28,5; Sergipe — 26,4; Bahia — 3,4; Minas Gerais — 11,7; Espírito Santo — 15,9; Rio de Janeiro — 14,4; Distrito Federal — 17,5; São Paulo — 12,4; Paraná — 27,8; Santa Catarina — 18,4; Rio Grande do Sul — 8,2; Mato Grosso — 4,6; Goiás — 10,9. Deve-se assinalar que, além das terras incultas, as matas ocupam 24,1% da área global das propriedades no país.

Evidentemente é de grande importância fazer-se o levantamento das áreas de terras inaproveitadas e devolutas, bem como de sua localização, em cada Estado ou município. Foi à base de um criterioso levantamento das terras devolutas do Ceará que se preparou o projeto de lei visando sua distribuição aos camponeses.

Por um Caminho Italiano Para o Socialismo

14. O modo pelo qual foram restaurados os velhos processos capitalistas, e o desenvolvimento da luta econômica e política das trabalhadoras tiveram consequências de grande alcance.

Em primeiro lugar, através dos diversos organismos de ajuda econômica e pela solidariedade ocidental, o imperialismo americano pôde intervir abertamente na vida interna da Itália, estabelecendo um controle direto sobre nossa economia e restringindo, de fato, a independência e a soberania do Estado.

Em segundo lugar, com a transformação do Partido da Democracia cristã em Partido político dirigente da burguesia, e com a conquista, por esse Partido, do monopólio político, iniciou-se o rápido processo de clericalização do Estado e de toda a sociedade. Esse processo não se manifesta apenas na interferência anticorruptiva do clero nas lutas políticas e eleitorais e na vida interna dos Partidos, dos sindicatos, etc., e nem no controle a que os grupos dirigentes clericais vêm subordinando os setores-chaves da vida do país, como a escola, o rádio, a televisão, as salas de espetáculos, etc. Esse processo também se manifesta na penetração cada vez mais estreita entre os grupos dominantes do capital monopolista, o aparelho estatal e administrativo e os grupos dirigentes clericais em todos os organismos de caráter público ou que exercem funções públicas e através dos quais os grupos monopolistas exercem hoje, em grau crescente, seu poder de comando sobre toda a vida econômica do país.

Em terceiro lugar, a impossibilidade de voltar a reação aberta em um regime de tipo fascista leva os grupos capitalistas mais poderosos e a autoridade governamental a seguirem o método da limitação inclusive da supressão das liberdades democráticas e da igualdade de fato entre os cidadãos. A pressão cada vez maior contra o nível de vida e as condições de trabalho da população trabalhadora se faz acompanhar da ofensiva contra as liberdades sindicais; tenta-se excluir sindicatos a pretexto de discriminação política impedindo-os de celebrar contratos normais e se exerce tutela sobre as condições de trabalho.

Há demissões por motivos políticos; viola-se impunemente o direito ao emprego sem discriminação e os direitos elementares dos operários, ofende-se sua dignidade de cidadãos e de homens nos locais de trabalho. A restrição às reformas previstas pela Constituição se faz acompanhar de um processo de degenerescência de toda a vida democrática, a começar pelo parlamento, que se vê de fato privado de sua função de realizar da Constituição e de renovação do Estado e da sociedade nacional, diminuído em sua autoridade, autonomia e possibilidade de funcionar. Os atos de arbitrariedade das autoridades administrativas e uma corrupção descarada são os elementos desse processo de degenerescência.

Verifica-se, finalmente, aspectos diversos no alinhamento dos Partidos políticos. A democracia cristã, que tem dirigido a restauração capitalista por ser partidária de um programa de reforma conseguiu vantagem nas consultas eleitorais, sobretudo graças à intervenção da Igreja que, por meio da pressão ideológica, constringe amplas massas do povo a votar por esse Partido. Trata-se, porém, de massas populares cujos interesses são opostos aos interesses dos grupos dirigentes capitalistas e que potencialmente poderão chegar a acordo com as massas que acompanham os partidos da classe operária. O contraste é dissimulado com a afirmação de que o Partido Demo-Cristão, — pregando a necessidade da unidade política entre todos os católicos — deve ser líder interclassista, e às massas populares manifesta propósitos de corrigir alguns dos males mais graves do regime atual. Cria-se, assim, uma situação equívoca, rica em contradições. A própria propaganda demo-cristã não desejando esgotar-se numa tola e estéril violência verbal anticomunista, é constringida a levar em conta o despertar de uma consciência de classe entre as massas católicas e às vezes também a estimular com uma crítica a ordem capitalista. Surgem, assim, continuamente, nesses campos, grupos e correntes que defendem posições e reivindicações radicais, no quadro de um reformismo de tipo particular. A ligação estreita com a ideologia religiosa, enquanto por um lado admite uma intervenção do alto para impedir que essas posições radicais se transformem em ação política ou sindical consequente, por outro lado, alimenta a tendência a fazer confluír as críticas ao capitalismo e a tendência reformadora para o leito da doutrina e da prática do integralismo católico. Isso se apresenta como uma nova forma de totalitarismo dissimulado, do qual as classes dirigentes capitalistas pensam poder servir-se para manter e consolidar seu predomínio.

O monopólio político do Partido Demo-Cristão minou profundamente todos os Partidos que, colaborando com a democracia cristã no governo e fora dele, sofrem de fato as consequências desse monopólio. Os social-democratas, colocados sem reserva no terreno da cisão das forças de classe e do anticomunismo mais desenfreado, não conseguiram emprestar à ação do governo nem mesmo um tênue cunho de política reformista, abandonaram o terreno da Constituição e endossaram as deformações mais grosseiras da democracia política, e estagnaram em um imobilismo conservador. Os republicanos desapareceram quase completamente. Os liberais, reduzidos a serem força marginal, procuram defender-se assumindo a defesa dos interesses do grande capital monopolista contra qualquer manifestação, por tímida que seja de propósitos democráticos e reformadores. Os Partidos da direita, privados de qualquer programa que não seja de puro conservantismo social e reação política, colocam-se de fato, por meio das intrigas e de um jogo duplo, no terreno da colaboração real com as forças clericais. Toda a dialética da luta política é comprimida e falseada, sendo substituída por um regime de estagnação geral e de degradação política conservadora e reacionária.

Por um governo democrático das classes trabalhadoras

15. Todo esse sistema sofreu um abalo profundo após 7 de junho de 1953, isto é, depois da dura derrota infringida pelas forças populares à tentativa de subverter abertamente o regime constitucional e depois do fracasso do governo

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO P. C. I.)

reacionária Sebe-Saragatti. Desde então é evidente a crise em que se debate o agrupamento das forças conservadoras e reacionárias, seja no país ou no parlamento, perante a vasta opinião pública. No entanto, as forças democráticas e populares, apesar de haver obtido êxito, ainda não conseguiram impor à situação um novo curso, em parte por motivo de hesitações, incertezas e também erros. Por um lado, porém, atenuada a crítica aberta aos grupos dirigentes democratas cristãos, manifestou-se a tendência a substituí-la por um jogo parlamentar nem sempre evidente em seus objetivos e resultados; por outro lado, não conseguimos desenvolver as lutas das massas fazendo-as confluír para um amplo movimento em prol de uma profunda modificação em toda a orientação política.

A frente da burguesia está hoje dividida. Os grupos mais reacionários do patronato, especialmente agrário, e uma parte dos dirigentes clericais orientam-se no sentido de defender até o fim as posições de domínio das classes possuidoras, fugindo a qualquer concessão. Ao contrário, alguns grupos do capital financeiro, graças ao seu dinamismo produtivo e a uma posição econômica mais forte, não são refratários a recorrer para suprir a situação, a iniciativas de tipo reformista e paternalístico. Na fábrica, assim, para realizar seu objetivo básico — romper a unidade entre os trabalhadores e desfazer suas organizações autônomas — tentam dissimular a maior exploração da mão de obra e a opressão tirânica sobre os trabalhadores com algumas concessões parciais e sobretudo com a criação de salários diferenciados. Não devemos silenciar que essa ação se torna mais fácil não só em virtude da desunião no movimento sindical mas também pelos erros e pela lentidão no movimento sindical unitário, seja ao acompanhar as transformações na organização de trabalho nas grandes fábricas, seja no sentido de algumas lutas concretas. Ainda num plano mais geral, alguns grupos monopolistas não se furtam a favorecer uma política econômica, no sul e em todo o país, que visa aparentemente a superar as contradições econômicas mais profundas do capitalismo italiano, com a ilusão de que elas possam ser, senão superadas, pelo menos temporariamente atenuadas, sem todavia atingir os aspectos mais atrasados e obsoletos de nossa sociedade nacional. Naturalmente, essa tentativa não só deixa de abolir como exige a continuação do regime das discriminações sindicais e políticas, do arbítrio administrativo e do abandono, de fato, das perspectivas abertas pela Constituição. Por tudo isso, há um claro ponto de contato com a orientação das correntes integralistas católicas, para as quais o reformismo paternalístico é um instrumento para frear a vontade de renovação que se observa entre as massas trabalhadoras católicas e, em parte, no próprio Partido Demo-Cristão.

No plano político geral, a desorientação, a confusão e a crise se manifestam em contrastes evidentes e na exaustão de qualquer ação eficaz de governo, que não seja puramente voltada para conservar o atual alinhamento de forças imobilizador «centrista». A apresentação do «esquema Vanoni» e o debate que em torno dele se travou até agora revelam a configuração de duas posições: uma que tende essencialmente a bloquear a situação salarial e deixar mão livre aos grandes grupos monopolistas, e a outra que não exclui uma ação reformadora para superar algumas das debilidades orgânicas da economia italiana. Altas autoridades do Estado proclamam a necessidade de uma mudança que quanto à Constituição, possibilite às massas trabalhadoras ascenderem à direção do Estado; a atividade governativa se exaure, ao mesmo tempo, na administração ordinária, submetendo porém a apreciação do parlamento algumas medidas timidas reclamadas por grande parte da opinião pública e imbuídas há muito no programa governativo, como a separação entre a I.R.I. e a Comindustria, a lei sobre os «acordos no campo com reconhecimento das causas justas». A estagnação política se assemelha a uma pausa desejada para passar-se a transição gradual para o regime clerical, propósito das correntes católicas integralistas.

Bem diferente é a situação em nosso país onde não só foram evitados os perigos da involução reacionária, como também se ampliou a aspiração a uma mudança de situação, e acima de tudo, de orientação econômica e política do governo. É esta aspiração das grandes massas trabalhadoras e populares, sobre as quais pesam os efeitos da ofensiva reacionária desencadeada durante os últimos anos, e das vastas correntes de opinião democrática, cada vez mais adversas ao monopólio político exercido pela democracia cristã e ao predomínio clerical, massas que exigem cada vez mais a superação do contraste existente entre os princípios enunciados na Carta Constitucional e a realidade de fato no país. Tornam-se hoje bastante claros para os trabalhadores os efeitos nefastos provocados pela cisão; compreendem-se com amplitude cada vez maior como a cisão e os contrastes entre as organizações sindicais só levaram água ao moinho do patronato, enquanto que a discriminação na admissão aos locais de trabalho e a supressão das liberdades sindicais, meios de luta contra os sindicatos unitários, provocaram o enfraquecimento geral do movimento sindical, traduzindo-se em prejuízos para todas as organizações e todos os trabalhadores. Daí a tendência unitária nova que se manifesta nas fábricas, e no campo e que constitui a base do grande debate relativo aos problemas da unidade sindical e da nova fase das relações entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata. Daí a reivindicação de aplicar-se o «esquema Vanoni» através de uma luta contra os monopólios, e daí o estado de inquietação no campo, onde se renova o rigor na exigência de uma solução para o problema da terra.

A própria situação vigente hoje levanta, de modo irrevogável, o problema de uma mudança na orientação política geral do país, mudança que, seguindo-se ao fracasso das tentativas reacionárias mais descaradas, abre o caminho para uma renovação radical.

16. Para superarmos a incerteza reinante após o 7 de junho na própria política dos partidos da classe operária, para continuarmos, antes de tudo, à frente dos movimentos das massas, a tendência para a esquerda deve ser considerada como o momento para uma vasta ação política, que tenha por finalidade realizar um governo democrático das massas trabalhadoras, o qual tenha como programa a plena realização da Constituição Republicana.

Abriu o caminho a tal governo é o objetivo que o VIII Congresso indica aos comunistas, aos trabalhadores e à nação, o que comporta a denúncia e a luta contra qualquer tentativa, de manter vivo, sob qualquer forma, o «centrismo» — que se tornou e é um instrumento de predomínio dos grupos monopolistas na vida do país — e, em particular, a denúncia contra o reformismo de tipo paternalístico instrumental. Hoje, mais do que nunca, a base sobre a qual se pode e deve realizar a unidade dos trabalhadores não é a reformista de adaptação à miséria e à brutalidade do regime capitalista, não é a base maximalista de um revolucionarismo verbal, que se traduz na expectativa estéril e na renúncia prática a qualquer luta atual pela transformação, no sentido socialista, de nossa sociedade.

A mudança na orientação política geral não pode ser resultado de acordos transitórios a serem conseguidos como resultado do esclarecimento político, mas a decorrência de um novo reagrupamento das forças reais do país, a realizá-lo por meio da convergência da grande maioria da classe operária e do povo em torno de alguns objetivos urgentes e essenciais.

Os comunistas são de opinião que uma vasta e concreta plataforma unitária seja oferecida tanto às massas que se inspiram nos ideais de uma democracia cristã como aquelas que se inspiram nos ideais socialista, plataforma proposta pela C.G.I.L. por uma economia a favor do trabalho, o que significa, em uma sociedade até agora regulada pela lei do lucro máximo e dos monopólios, a orientação de todas as lutas reivindicatórias no sentido que oponha obstáculo ao império nefasto dessa lei, e que reforce as bases dessa economia com a realização das reformas de estrutura previstas pela Constituição Republicana, e com um novo curso de política econômica que coloque em primeiro plano a exigência do aumento da possibilidade de trabalho e de elevação do nível de vida da grande massa da população.

A expressão parlamentar e governativa desse novo reagrupamento de forças pode manifestar-se na convergência objetiva para um programa de ação que marque o abandono definitivo do regime das discriminações, programa que restitua à classe operária e aos trabalhadores o pleno exercício de seu direito de organizar-se livremente e com autonomia; programa que inicie a realização das reformas de estruturas previstas pela Constituição, defenda a independência e a soberania do Estado contra qualquer interferência estrangeira, paralise e anule o processo de clericalização da sociedade e do Estado. A superação da cisão entre os socialistas e os social-democratas será um fato positivo que nos ajudará a alcançar esses objetivos. Para isso, porém, é necessário que se abra a política que levou os social-democratas a contribuir para a involução reacionária ocorrida nos últimos anos, e que se combatam as suas premissas ideológicas; é necessário que não seja realizada como uma operação anticomunista e logo em seguida por uma nova tentativa de cisão, e sim deixe aberto o caminho preparado para a atuação da mais ampla coalizão de todas as forças de classe, na luta contra o capitalismo e pelo socialismo. Os contatos, os debates, os acordos possíveis com os trabalhadores católicos, com suas organizações, com a corrente de esquerda que se manifestem dentro dela, devem, igualmente, criar um agrupamento de forças populares seja na luta econômica e política imediata, seja para emprestar nova orientação à política nacional.

Peia consolidação e ampliação da democracia

17. Uma nova orientação na política nacional exige em primeiro lugar a realização de algumas medidas urgentes, por um lado para voltarmos à prática normal de um regime democrático parlamentar, por outro lado para modificar a estrutura do Estado, os quais, com seu caráter burocrático, representam instrumento poderoso para limitar e sufocar qualquer desenvolvimento da democracia. Tais medidas comportam essencialmente: um pleno reconhecimento dos direitos de liberdade e de igualdade dos cidadãos tanto nos locais de trabalho como na vida política e administrativa, com a eliminação de qualquer forma de discriminação, respeito às funções e prerrogativas do parlamento; ampliação das formas de auto-governo local por meio da Constituição, defesa e respeito das entidades locais (comunas, províncias, regiões, e regiões de estatuto especial), atribuição a essas entidades de autonomia plena e de novas funções e supressão dos prefeitos; reforma democrática do regime institucional de todas as entidades públicas que exerçam funções de caráter econômico e social; afirmação e defesa do caráter puramente laico e civil do Estado e de todos os órgãos da administração pública:

a) A abolição, na prática, do «estado de direito» previsto pela Constituição, e a instauração de um regime que se baseie na discriminação política e religiosa entre os cidadãos são fatos hoje universalmente admitidos e tiveram eco até mesmo na mensagem ao país do Presidente da República e que se refletiram perigosamente no contraste, entre as decisões da Corte Constitucional e a ação da administração pública.

O regime das discriminações teve consequências particularmente graves nas relações de trabalho, onde a negação do direito ao emprego sem discriminações e a subordinação da estabilidade ao controle das opiniões dos trabalhadores por parte do patronato, acentuaram a disparidade social já profunda, favorecendo a exploração e o predomínio exercidos pelas forças do capitalismo monopolista e da grande propriedade territorial sobre os trabalhadores e as camadas intermediárias da sociedade italiana, o que é documentado pelos primeiros resultados obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as condições de vida dos trabalhadores.

Urge por fim a tal situação.

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO)

NÃO DEVEMOS SERVIR DE PARARAIOS NA GUERRA DE AGRESSÃO AMERICANA

No princípio de dezembro, uma notícia ganhou as manchetes de quase todos os jornais: perderase, nos céus brasileiros, um foguete teleguiado proveniente de base norte-americana na Flórida. Logo a seguir, a "explicação": em vista da grande distância percorrida, o projétil saiu da zona de controle; para evitar novos casos — dizia-se — tornava-se indispensável estabelecer uma cadeia de postos de radar no Atlântico Sul, inclusive em nosso território.

Hoje, à luz dos novos fatos, há quem possa em dúvida a existência de tal foguete que, em vez de teleguiado, bem poderia ser apenas telegráfico. De fato, a notícia foi o ponto de partida para uma ofensiva em grande estilo, inspirada no Pentágono e no Departamento de Estado norte-americano, visando ao assenhoreamento da Ilha de Fernando de Noronha. Mas, nômico ou real, o "robot" lanque está servindo a essa finalidade prática: assaltar a nossa soberania, por nos na linha de frente de uma possível guerra mundial, sediar em nosso território forças estrangeiras.

Desde fins de novembro passado, a imprensa democrática já denunciava o projeto, com base em uma notícia da revista norte-americana "Visão", na qual se mencionavam nomes de técnicos desembarcados em Recife e a abertura (nos Estados Unidos) de concorrência para a construção da pleiteada base. A princípio, houve o silêncio intencional dos grandes jornais; depois, entretanto, promovidos pela opinião pública, todos os órgãos tiveram de manifestar-se sobre o assunto. Entre uma e outra fase, há o "snark" estraviado.

Estado atual da questão

No momento, as exigências norte-americanas se encontram no seguinte pé:

1) Da parte dos Estados Unidos pressões e reclamações visando a obter a anuência do Governo a seu projeto de construção da base aérea; sabe-se, ao mesmo tempo, que o plano sobre Fernando de Noronha é apenas o pano de amostra de outro mais vasto sobre uma rede de bases militares continentais, e que os generais lanques desejam mesmo que as estradas de comunicação entre essas bases fiquem também sob seu controle.

2) Da parte do Governo brasileiro uma atitude dubia. O sr. Juscelino Kubitschek utiliza, no caso, a falsa técnica das melas-palavras, procurando tergiversar. Um veu de mistério encerra os comunicados oficiais sobre o assunto. O Conselho de Segurança Nacional já se manifestara a respeito, em sentido contrário. Mas houve uma outra reunião desse órgão, ampliada com elementos que lhe são estranhos, inclusive D. Odete de Carvalho e Souza, conhecida agente norte-americana no Itamarati que o sr. Macedo Soares colocou na chefia da Divisão Política. Dessa reunião foi emitido um comunicado oficial que declara terem sido, nela, acertados os pormenores do ajuste entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América sobre a construção de um posto de observação técnica na Ilha Fernando de Noronha, em face dos termos e resoluções do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 2 de dezembro de 1947, e do Acordo de Assistência Militar, de 15 de março de 1952.

Sabe-se, porém, pelos comentários de im-

premsa que, se estabeleceram as seguintes condições: comando brasileiro e exclusivo uso de nossa bandeira da Ilha; cooperação técnica brasileiro-americana e posterior substituição dos militares e civis lanques por cidadãos brasileiros; prazo máximo de cinco anos para a concessão.

Após essa deliberação precedida de grande pressão norte-americana, e até, de uma carta pessoal de Eisenhower, estranhando a demora de resposta definitiva, da parte das autoridades brasileiras, acenou-se o debate.

Nêse se podem distinguir duas atitudes distintas: a dos patriotas que rechaçam qualquer concessão que fira nossa soberania ou nos conduza ao caminho de uma guerra imperialista; e a dos entreguistas da marca de um Assis Chateaubriand para os quais «não devemos dar uma, mas mil Fernandos de Noronhas». Esses são os dois pólos do problema. Os argumentos intermediários — como o de que deveremos fazer a concessão, mas cobrar por ela um alto preço — são, de fato, descaracterizados e ora servem aos entreguistas para dourar a pilula, ora a nacionalistas desanimados que não acreditam na possibilidade de rechaçar de plano uma investida do imperialismo.

Calhansu, pois, principalmente, examinar o falso arrazoado com que se apresentam os emissários de Washington, em sua tarefa de embair a opinião pública.

1. A SUPOSTA AMEAÇA DOS FOGUETES TELEGUIADOS. De uns tempos para cá, a imprensa americana e certos órgãos brasileiros (destaque-se no caso o "Correio da Manhã") iniciaram uma campanha de uti-



Como se destroem os falsos argumentos dos que pretendem entregar Fernando Noronha aos americanos, para ali instalar bases de foguetes teleguiados

lização, dentro do que se chama hoje em dia "ofensiva psicológica". Passou-se a proclamar que em vista dos progressos em foguetes dirigidos a distância o território brasileiro, sobretudo o "calcanhar do Nordeste" (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas) tornara-se provável alvo de uma ofensiva inter-ocênica de armas de controle remoto. E, acrescentavam os escribas: sendo assim, urge fazer um acordo com os Estados Unidos para cuidar da defesa "contra os russos".

Ora, em primeiro lugar, não há bases teleguiadas de qualquer país, quer seja no território africano ou no sul da Europa. Inexiste, assim, o perigo. Em segundo lugar, mesmo que existissem, não constituiriam qualquer perigo pois são os próprios norte-americanos que declaram que, a após certa distância, os "robots" devem ser controlados por uma base intermediária. Firmando-se nisso é que os americanos exigem Fernando de Noronha. Como pois, os europeus poderiam ter precisão de tiro de foguetes sobre nosso território, se nenhuma deles conta com postos em ilhas do Atlântico Sul?

Em terceiro lugar, qualquer coisa sabe que se viesse a haver uma guerra na qual se utilizassem foguetes, a rota natural desses instrumentos seria a mais curta e sobre os alvos principais: a via polar, portanto.

Em quarto lugar, a existência de bases de projetos teleguiados não seria ato de defesa, mas medida que transformaria a Ilha de Fernando de Noronha, território nacional, em ponto obrigatório de potências estrangeiras em caso de guerra. Como afirmou o deputado Campos Vergal, "não devemos servir de para-raios", que a tanto equivaleria a instalação de militares lanques em solo brasileiro.

mas. Mas, ainda abandonando esse argumento, é inegável que não tratam em qualquer de seus itens de foguetes teleguiados. Referem-se, isso sim, a uma defesa conjunta, examinado cada caso em particular. Tais acordos foram, ademais, negociados durante o período da guerra fria, em situação internacional muito diversa da que atualmente vigora. Nada nos move a uma política de guerra contra qualquer país que seja. Só deveremos recorrer a meios militares em defesa de nossa soberania e a primeira condição para bem o podermos fazer é não termos em nosso solo soldados de qualquer país estrangeiro.

5. A DURAÇÃO DA CONCESSÃO SERIA DE APENAS CINCO ANOS. Trata-se de mera promessa. Se para obter a base os americanos já fazem tais e tantas exigências (numa época de relativa calma internacional) que fariam, depois de haver conseguido o ponto cobigado? A experiência da Islândia indica claramente que é muito mais fácil impedir a instalação de bases do que despejá-la depois.

6. O BRASIL RECEBERIA COMPENSAÇÕES ECONÔMICAS. Esse é o principal argumento diversionista, falso e capenga como os demais: Não somos uma nação que esteja a mercadejar a soberania em troca de uns tantos dólares a mais ou a menos, nem nosso território pode ser vendido a retalho nos balcões internacionais. Acordos econômicos em pé de igualdade só os obtemos como fruto de uma política de independência e não de sacrifícios indevidos. A própria história das relações brasileiro-americanas confirma esse fato: precisamente após a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro e do Pacto Militar Brasil-Estados Unidos aumentou a usurpação imperialista sobre nosso povo. Relações comerciais, financeiras ou políticas — tôdas elas — caracterizaram-se desde então como de país opressor e país explorado. Finalmente a intromissão lanque atingiu a própria estabilidade do governo conforme denunciou, em documento histórico, o presidente Vargas, deposto por um golpe de inspiração norte-americana.

Igualmente facciosos são os demais argumentos em que busca fundamentar sua ofensiva o imperialismo norte-americano e seus agentes no Brasil. Trata-se de um légro, bem identificado pela opinião pública e pela imprensa patriótica. Mas nem por isso o perigo foi jugulado. Na realidade aumenta diariamente a pressão sobre o Governo, que pretende evitar o pronunciamento do Congresso Nacional sobre o assunto, embora seja prerrogativa de tal órgão decidir dos assuntos dessa natureza. Ao mesmo tempo, a imprensa dos Estados Unidos (ver o "New York Times", por exemplo) abre uma sórdida campanha de intrigas contra os membros do Governo brasileiro que são conhecidos por sua posição nacionalista.

Estamos em face de um ataque aos interesses brasileiros e a resposta só deve e pode ser uma recusa categórica a tôdas as exigências americanas. A recente denúncia dos acordos atômicos é uma prova palpável de que há as condições necessárias para rechaçar as veleidades de dominação imperialista, desde que se mantenha mobilizada a opinião pública em torno das correntes, que, dentro ou fora do Governo, pugnem pela soberania nacional. Uma ênfase especial deve ser dada, desde já, à exigência de ser ouvido o parlamento nacional, que não pode ser posto diante de um fato consumado de extensão inimaginável para o futuro de nosso país.

VOZ OPERÁRIA

Nº 398 — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1956

UM VETO EM FAVOR DOS TRUSTES E CONTRA OS INTERESSES NACIONAIS

O sr. Juscelino Kubitschek vetou, esta semana, duas emendas ao projeto de prorrogação da lei de licença prévia, aprovado pelo Congresso. Uma, é a chamada emenda caudilice, que permitia aos parlamentares e membros do judiciário a importação de automóveis em caráter privilegiado. A emenda era evidentemente imoral, prejudicial aos interesses do Tesouro e ao próprio prestígio do Parlamento e do governo.

Já o outro veto do sr. Kubitschek recaiu sobre um dispositivo de caráter eminentemente patriótico. Trata-se da emenda Sérgio Magalhães, a qual determina que a remessa de lucros e dividendos, assim como o retorno de capitais estrangeiros para fora do país somente se realizem através do câmbio livre e de acordo com as disponibilidades cambiais do mercado. Ao vetar este importante dispositivo introduzido pelo Congresso na lei de licença prévia, o sr. Kubitschek ignorou interesses fundamentais de nosso desenvolvimento econômico, cedendo à pressão de poder-

osos grupos estrangeiros que atuam no país.

Há muito que vem provocando o justo protesto de todos os setores interessados no progresso independente de nossa pátria o regime vigente de transferência de juros, dividendos e capitais para o exterior.

É um regime de privilégios.

Entre estes privilégios figura a garantia de um câmbio especial para as empresas estrangeiras trocarem os cruzeiros que recolhem no Brasil por dólares. Assim, qualquer truste consegue comprar o dólar, para a transferência de lucros às suas matrizes, a Cr\$ 48,00, quando no mercado livre este dólar é cotado a mais de Cr\$ 60,00. As empresas estrangeiras têm, ademais, garantia de cobertura cambial para essas transferências de rendas, ainda quando, como sucede frequentemente, os industriais brasileiros não consigam, por falta de divisas, obter o câmbio necessário para a compra de equipamentos e matérias primas no exterior.

Esta situação privilegiada das empresas estrangei-

ras possibilitou o desenvolvimento, em vasta escala, de fraudes cambiais. Basta que uma dessas empresas transfira, sob a orna de lucros, uma determinada quantidade de cruzeiros para o exterior (trocando cada 48 cruzeiros por 1 dólar) e, a seguir, mande de volta ao Brasil uma parte desses dólares transferidos, para obter imediatamente um lucro substancial. Nesta operação várias firmas estrangeiras têm obtido um lucro líquido até de 30 cruzeiros por dólar que transfere sob a forma de lucro e depois faz retornar ao país sob a forma de capital ou de equipamentos, etc.

Tentando modificar esta situação verdadeiramente escandalosa é que foi apresentada ao Congresso e por ele aprovada a emenda Sérgio Magalhães. Vetando-a, o sr. Kubitschek mostra quanto ainda é forte a pressão dos trustes dentro de seu governo. Por isso é que se torna necessário que o povo faça sentir ao Congresso, quando se reunir para a apreciação deste veto infeliz, a necessidade de ser firme e consequente, rejeitando-o frontalmente.

2. SÔMENTE TÉCNICOS FICARIAM NA ILHA. Essa tecla é utilizada, como vimos, na própria nota oficial do dia 17 de dezembro. Isso em pouco altera a situação porque, de um lado, o controle de foguetes teleguiados precisamente por ser altamente especializado, exige pessoal pouco numeroso, e, porque, de outro lado, feriria os interesses nacionais e a soberania de nosso país. Não faltariam, aliás, argumentos futuros para apresentar como necessária o sedimento de tropas lanques destinadas a garantir a segurança do posto que se criasse.

3. A BANDEIRA BRASILEIRA CONTINUARIA A SER A ÚNICA A TREMULAR NA ILHA. Embora os norte-americanos não queiram aceitar nem isso, a realidade indica que não é a bandeira no mastro que garante a soberania de uma nação. Isso depende de atos concretos. Cuba (no período da emenda Platt) e os países da América Central dominados pelos monopólios norte-americanos também têm bandeira nacional. Mas quem governa de fato é a United Fruit na Guatemala, em Salvador e em Honduras. O mesmo se daria em Fernando de Noronha. Mesmo no Brasil, quando o sr. Juarez Távora dava as cartas no Catete não foi arriada neste palácio a bandeira brasileira. Mas o próprio Conselho de Segurança Nacional teve de verificar mais tarde que o verdadeiro senhor na Casa Militar era o embaixador dos Estados Unidos, conforme revelou o inquérito sobre minerais atômicos.

4. OS TRATADOS VIGENTES NOS IMPORIAM A CONCESSÃO, E HAVERIA QUE CUMPRIR A PALAVRA EMPENHADA. De fato, os tratados vigentes são inconstitucio-

A Todos os Seus Leitores e Amigos
VOZ OPERÁRIA DESEJA UM FELIZ 1957

BOLETIM DE DEBATE

COM o projeto de Resolução apresentado a debate pelo Comitê Central do PCB estão abertas ao movimento comunista e ao movimento democrático em nosso país grandes e novas possibilidades para o seu livre, justo e rápido desenvolvimento. Um primeiro e importante passo foi dado para a discussão das teses e dos fatos divulgados durante e depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e agora nos cabe a todos, militantes ou não, qualquer que seja o grau de nossas responsabilidades, participar dessa discussão, levá-la às suas melhores consequências e tirar dela o máximo aproveitamento.

Nesse primeiro documento não foi dito tudo quanto é necessário dizer, não foi dada a última palavra sobre as questões decisivas do momento atual e não se apresentaram soluções definitivas para todos os nossos problemas organizativos, táticos e programáticos. Os que esperavam que tudo isso fosse resolvido pensam ainda à maneira antiga, desconhecem as origens e a essência do documento, sua própria razão de ser. Estariam admitindo que «órgãos hipertrofiados» como o Presidium e principalmente o Secretariado, que caíram num «demasiado afastamento das massas do Partido e da vida real», assim como o Comitê Central que «não desempenhava plenamente suas funções» e havia até abdicado «da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador», realizassem, no primeiro instante do combate a todas essas anomalias, o milagre de uma obra perfeita.

É preciso reconhecer, contudo, que o Projeto vai mais longe do que seria lógico prever e pode considerar-se satisfatório, principalmente porque, embora impreciso e tímido, possibilita o início, em novas bases, de um debate profundo e realista.

Deixemos que os benços do culto à personalidade mostrem todo o seu horror contra o pecado original da discussão. Como na conhecida metáfora de Engels, uma vez comido o fruto da «árvore do conhecimento» e alcançado o «reino das controvérsias», estará aberto, inevitavelmente, o caminho a «gigantescos progressos e também a erros». Entretanto, serão sempre menos graves os erros de raciocínio do que os praticados pelo abuso da fé.

Para que não se repitam erros de fé, para que não continuemos a engolir por febre os gatos de «verdades» indiscutíveis e inapeláveis, será necessário que todos falem, discutam e sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocritica e que se estabeleça viva e fecunda luta de opiniões à base de princípios, em busca de soluções justas para os problemas.

Evidentemente, não discutimos pelo gosto da tagarelice, mas pela necessidade de esclarecer-nos, de confrontar nossas opiniões; discutimos para que, através de todas as controvérsias, triunfe a verdade sobre o erro, as novas idéias sobre as idéias caducas. Se temos motivos de orgulho, ao ver que nosso Partido se transforma num partido de discussões e com isso há de desenvolver-se, internamente, dentro das condições de segurança e das possibilidades legais existentes, um clima de democracia incomparavelmente superior ao de qualquer partido «democrático».

Não vejo por que temeremos as impropriedades, as «irreverências» e mesmo certos «ataques» que fatalmente aparecerão no correr desta fase que inauguramos em nossa vida partidária. Se isso constituisse — e de certo não constitui — a parte principal do debate, seria por culpa daqueles que, no devido tempo, não quiseram ou não puderam dele participar. Sendo, como são, um aspecto secundário e uma parte mínima das opiniões emitidas, não terão nenhuma influência dominante, não poderão de maneira nenhuma representar um perigo.

Perigo haverá, sim, se cercarmos desde agora a luta de opiniões que se inicia ainda tímida e desalinhada, de regras e critérios preconcebidos que produzirão um único e péssimo efeito: o de desestimular o debate, o de intimidar os que nele estão acreditando, ou pretendendo ingressar.

Quem de nós ignora que foram justamente as limitações ao livre curso da luta interna, as violações à lei da crítica e da autocritica, lei básica e necessária do desenvolvimento socialista, que resultaram nas piores concepções subjetivistas, nos dogmas teóricos e táticos do culto à personalidade? Na presente situação em que nos encontramos não nos devem causar tanta indigna-

O CULTO À PERSONALIDADE E A LUTA DE TENDÊNCIAS NO MOVIMENTO SOCIALISTA

CARLOS M. DUARTE

ção os «excessos» da crítica, os aspectos «sem princípios» da crítica e da autocritica quanto principalmente, a ausência da crítica, as grosseiras violações dos princípios de democracia interna que arrastaram o movimento socialista às portas de uma crise.

Para que essa crise não tenha consequências muito mais graves, é preciso não temer a ruptura com o passado, não amaciar nem limitar a denúncia franca e honesta de todos os erros cometidos. Toda e qualquer intolância para com a crítica significa não só um compromisso com os erros do passado, erros que desejamos liquidar, como uma transgressão de princípios mais prejudicial do que os «excessos» que desejamos evitar.

Muitos entre nós ainda supõe que o desvio do culto à personalidade é apenas uma «anomalia» que não ultrapassou o terreno organizativo, e cujas manifestações se limitaram à violação do princípio de direção coletiva, substituído na prática pela direção de um indivíduo ou de um pequeno grupo de indivíduos e à violação do princípio do centralismo democrático, substituído pela centralização burocrática e pelo desrespeito às normas do democratismo.

Nada mais incompleto. É possível que em alguns países (ex.: a China), onde o sistema não se tenha arraigado tanto, tudo o que reste a fazer seja a correção de erros praticados pela inobservância de preceitos organizativos. Mas se tomarmos o movimento socialista mundial em seu conjunto, verificaremos que o sistema do culto à personalidade se identifica com um desvio dos objetivos fundamentais do movimento e está relacionado com a história da luta de tendências dentro do socialismo.

Parce não haver dúvida de que estamos, em presença de fenômenos de crise semelhantes aos que levaram à desagregação a II Internacional, naturalmente em condições históricas diferentes.

Naquele período relativamente «pacífico», compreendido entre 1871 e 1914, quando o socialismo tinha como principal tarefa a formação de uma vanguarda consciente e organizada, o movimento foi dominado pelo oportunismo de direita, por uma série de teses marcadas pela conciliação de classe com a burguesia, que o levaram à bancarrota. Em sua fase contemporânea, na época da decomposição do capitalismo e da revolução mundial, quando a tarefa imediata da vanguarda consciente do movimento operário internacional consiste em dirigir as amplas massas, predominaram, como uma decorrência da nova situação histórica e da própria luta contra as posições direitistas anteriores, outras tendências igualmente prejudiciais ao futuro do movimento, tais como o ultra-revolucionarismo, o doutrinário e o oportunismo de «esquerda».

«Se a primeira tarefa histórica — escrita por Lênin em 1920 — não podia ser resolvida sem uma vitória ideológica e política completa sobre o oportunismo e o social-chauvinismo, a segunda tarefa, agora atual, e que consiste em saber conduzir as massas a essa nova posição capaz de assegurar o triunfo da vanguarda na revolução, esta segunda tarefa não pode ser resolvida sem liquidar o doutrinário de «esquerda», sem corrigir por completo seus erros, sem desembaraçar-nos deles».

Quinze anos depois dessa advertência de Lênin, quando o movimento socialista necessitava pôr em prova sua flexibilidade tática para fazer face à ameaça fascista, quase nenhum progresso se fizera na luta contra o sectarismo. Em seu Informe ao VII Congresso da Internacional Comunista dizia Dimitroff, em 1935:

«Nossos partidos limpam suas fileiras de toda espécie de oportunistas, de direitistas e com isso garantiram sua unidade bolchevique e sua capacidade combativa. Com menos êxito se realizou, e às vezes não se realizou de modo nenhum, a luta contra o sectarismo. O sectarismo já não se manifesta em suas for-

mas primitivas e abertas, como nos primeiros anos de existência da Internacional Comunista; disfarçando-se com o reconhecimento formal das teses bolcheviques ele freia o desenvolvimento da política bolchevique de massas. Em nossos tempos o sectarismo não é mais uma «moléstia infantil», como a qualificou Lênin, mas um vício muito arraigado, e sem nos curarmos dele não poderemos resolver o problema de criar uma frente única proletária e levar as massas das posições do reformismo para as da revolução».

Nos vinte anos que se sucederam, depois de 1935, até os nossos dias, o sectarismo, o doutrinário de «esquerda», o ultra-revolucionarismo continuaram a ser um vício ainda mais arraigado no movimento socialista mundial, podendo-se dizer dele que seguiu uma linha evolutiva semelhante à do oportunismo de direita nos tempos de II Internacional: de um simples estado de espírito passou a constituir uma tendência que mais tarde se petrificou num corpo de dogmas.

Quem se dedicar a um exame mais detido das raízes do sistema do culto à personalidade acaba convencido de que todo ele, todo o seu corpo de concepções dogmáticas se identifica com as tendências sectárias, ultra-revolucionárias e «esquerdistas» surgidas no movimento socialista mundial. Não é por simples casualidade que os maiores e mais graves prejuízos causados ao movimento operário e democrático resultaram de exageros «esquerdistas» (aqui, como em quase todas as democracias populares e na própria URSS), assim como não é por simples casualidade que os partidos comunistas mais comprometidos com o sistema do culto à personalidade são aqueles onde mais dominaram as tendências sectárias e as concepções «esquerdistas», quer no terreno da organização do partido e do Estado, quer no da política prática.

Seria o culto à personalidade um produto da «esquerdização» do movimento? Seria a «esquerdização» do movimento uma consequência do culto à personalidade?

Sejam as tendências sectárias e «esquerdistas» a causa e o culto à personalidade o efeito, ou vice-versa, a verdade é que há entre eles traços essenciais comuns, formas e manifestações que se identificam.

Tomemos ainda uma vez como ponto de referência o VII Congresso da Internacional Comunista que, como se sabe, desaperceou um papel de primeira grandeza na abertura de novos caminhos para o movimento socialista mundial, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da tática de frente única e à luta contra as tendências «esquerdistas». E vejamos como Dimitroff, em seu Informe, caracterizou o sectarismo:

«O sectarismo se manifesta especialmente na apreciação exagerada da maturidade revolucionária das massas, na apreciação exagerada do ritmo com que elas se afastam das posições do reformismo, no desejo de saltar as etapas e os problemas complicados do movimento. Os métodos de direção das massas se substituíam freqüentemente na prática pelos métodos de direção de um grupo fechado de partido (grifo nosso — C.D.). Não se apreciava devidamente a força dos laços tradicionais entre as massas e as organizações e direções, e quando as massas não rompiam estes laços precipitadamente, adotava-se para com elas uma atitude tão brusca como para com seus dirigentes reacionários. A tática e as palavras de ordem se convertiam em um esquema válido para todos os países, e não se levavam em conta as características da situação concreta em cada país» (grifo nosso — C. D.).

Poderíamos deixar de reconhecer nessas manifestações do sectarismo as formas elementares que evoluíram para as que hoje caracterizam o sistema do culto à personalidade? Não foi o «desejo de saltar as etapas difíceis» e a «apreciação exagerada da maturidade revolucionária das massas» que conduziram aos graves erros cometidos na Polónia e sobretudo na Hungria? Não foram os «métodos de direção de um grupo fechado de

partidos» que teriam conduzido ao ultracentralismo burocrático dos anécdotos dirigentes, da «comissão dos dois ou dos três» ou dos «chefes supremos»? Não foi por que a «tática e as palavras de ordem se convertiam num esquema válido para todos os países» que passamos a aceitar todos os dogmas vindos do «centro único» e que «abdicamos da capacidade de pensar independentemente»?

Mas nem só do sectarismo vivia o sistema do culto à personalidade. O doutrinário de «esquerda» foi também um dos seus traços marcantes. Algumas das teses de Stálin tidas geralmente como irrefutáveis no movimento socialista mundial traziam tal conteúdo. Estão nesse caso a tese da estagnação absoluta do capitalismo no período de crise geral e a tese do golpe principal contra as correntes socialistas de direita, contra as correntes conciliadoras reformistas ou nacional-reformistas.

A que resultados nos levariam essas teses?

A primeira delas, inteiramente refutada pela realidade de nossos dias, nos levaria a uma subestimação das forças e das possibilidades do inimigo, a um ilusório encurtamento das etapas do desenvolvimento socialista, a uma exageração dos aspectos da correlação de forças mundial favorável ao socialismo.

A segunda tese, igualmente negada pela experiência de alguns partidos comunistas, nos levaria a um isolamento de nossos aliados mais ativos, e a sérias dificuldades na luta pela organização da frente única e pela mobilização das forças de reserva da revolução.

De fato, ambas essas teorias nos levaram a posições sectárias e «esquerdistas» que comprometeram e retardaram em muitos países a marcha do movimento operário e democrático.

Desgraçadamente para todos nós não cumpriram no seu tempo as esperanças de Lênin (postas no final de «O Esquerdismo, Moléstia Infantil do Comunismo») de que todos os motivos faziam crer «numa cura rápida e completa do «esquerdismo», moléstia infantil no movimento comunista internacional».

Naquele tempo, o «esquerdismo» estava no nascedouro, não ia além de manifestações determinadas do «revolucionarismo pequeno-burguês»; era um perigo, mas não tão grande quanto o perigo oportunista de direita, exatamente por estar saindo do berço, por suas características «infantis». Ainda assim Lênin deu uma enorme importância ao seu combate e vibrou-lhe sérios golpes.

Não se poderia dizer o mesmo do «esquerdismo» do nosso tempo, que revela características «maduras», às vezes «senis», e incutiu-se na medula das teses teóricas e táticas que muitos ainda acreditam em pleno vigor. É um «esquerdismo» que ressurgiu com virulência a cada momento em que os êxitos nos sobem à cabeça, reaparece, direta ou indiretamente, como fruto da «exageração ultra-revolucionária do nível de consciência política das massas, da superestimação de nossas forças em rápido crescimento potencial e da subestimação das possibilidades e dos recursos do inimigo».

Sempre me preocupou saber por que razões, em nossos dias, eram tão diametralmente opostas as atitudes dos dirigentes para com os erros de «esquerda» daquelas suas atitudes para com os erros de direita, assim como por que razões a luta contra o «esquerdismo» era e é considerada uma luta «hostil», enquanto que a luta contra o direitismo era e é considerada uma luta «simpática». Ainda maior a minha perplexidade por verificar que, todos quantos tivessem a «máscara corajosa» de combater o sectarismo e os sectários, o «esquerdismo» e os «esquerdistas», seriam inexoravelmente, em alguns casos e em alguns países, arrastado à «cercos»: e, em outros, ao cárcere ou ao túmulo.

Hoje estou pronto a acreditar que tais coisas aconteceram porque o «esquerdismo» há muito havia deixado de ser uma simples tendência para se elevar à categoria de um dogma ou de um corpo de dogmas, dentro de um sistema que tem como centro o culto à personalidade. Por isso, ao meu ver, o culto à personalidade é inseparável do culto ao ultra-revolucionarismo, do culto ao sectarismo e ao doutrinário de «esquerda» e não se poderá combater o primeiro sem destruir os outros.

O FUNCIONALISMO EM FACE DA REALIDADE BRASILEIRA

Oswaldo Lessa

O Projeto de Resolução estelece que "é indispensável que as organizações do Partido estudem concretamente a disposição das forças políticas e a composição do governo locais, a fim de que possam traçar sua agenda política e realizar entendimentos segundo a orientação do Partido."

Como sabemos, o desenvolvimento econômico do Brasil se processa de maneiras as mais diversas, daí a "contradição" de choques de interesses no seio do atual governo" de que trata o Projeto de Resolução. A descoberta da lei do desenvolvimento desigual da revolução brasileira não se fez por acaso, já existindo subseqüentemente o papel determinante da economia na relação à política, pela composição heterogênea dos partidos políticos e governos de diversos Estados da Federação.

No Distrito Federal, como nas grandes cidades, o índice das camadas médias, na população, é predominante, contribuindo o funcionalismo com apreciável parcela. Dados ainda incompletos revelam que, só no Distrito Federal, temos o seguinte quadro em números redondos:

Federais	120.000
Municipais	30.000
Autárquicos	65.000
Diversos (Verbas 3 e 4 e outros)	45.000

Em conjunto, totalizam cerca de 310.000 funcionários lotados no Distrito Federal.

Outros dados, também incompletos, revelam que o ESTADO é o maior empregador do país, tanto em número de empregados (cerca de 800.000) como no volume das despesas com o pessoal. Para se constatar a veracidade dessa afirmativa basta consultar o orçamento Geral da República, dos Estados e Municípios.

É numeroso o contingente de mulheres que trabalham no serviço público, especialmente nas Ministérios e Autarquias, cujo índice (estimado atualmente em 60%) aumenta de ano para ano.

É relevante o papel dos servidores públicos em geral na luta pela independência nacional e o progresso do Brasil, que se torna cada dia mais evidente se levamos em conta a atual etapa da revolução brasileira.

Inúmeros são os problemas que enfrenta o país, os quais, sem o concurso patriótico e efetivo das classes trabalhadoras e dos servidores públicos seria impossível resolvê-los. São cientistas, engenheiros, médicos, professores, funcionários administrativos, artistas etc. que, ao lado das classes trabalhadoras constroem o futuro do Brasil. É conhecida por todos a capacidade dos técnicos brasileiros da Cia. Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), Petrobrás, Hidrelétrica São Francisco, nas Ferrovias, nas Companhias de Navegação (Lôide e Costeira), Correios e Telégrafos, DNER, Fábricas, Arsenais etc. que exercem suas funções com zelo e patriotismo, tendo em vista os supremos interesses do Brasil e de seu povo, e a preservação da integridade e da soberania nacionais.

Os servidores públicos, como parte integrante que são do povo brasileiro, participam, em grande número, das lutas pela nossa emancipação, ao lado da grande legião de patriotas que já compreendem a gravidade da situação política e econômica e que contribuem com o melhor de seus esforços para a derrota dos grupos entreguistas. Assim o fazem por sabermos que a luta contra a carestia, contra a exploração do povo, está intimamente ligada às lutas de emancipação política e econômica.

Sabem, ainda, da necessidade urgente da construção de estradas, represas, escolas, hospitais, creches, cooperativas, silos frigoríficos, tudo enfim, que viria de imediato, melhorar o padrão de vida de nosso povo.

Sabem, ainda, da necessidade urgente da construção de estradas, represas, escolas, hospitais, creches, cooperativas, silos frigoríficos, tudo enfim, que viria de imediato, melhorar o padrão de vida de nosso povo.

Revisionismo — Artigo de Importação

M. A. COELHO

DENTRO do movimento comunista brasileiro parece suficientemente evidenciada a necessidade de uma completa revisão do Programa do P.C.B., aprovado no IV Congresso. Para muitos camaradas, a prática revolucionária pôs a nu o subjetivismo da maioria de nossas teses programáticas. Nossa preocupação atual consiste, pois, em iniciar a elaboração de um novo programa, ou a fixação de novos pontos programáticos, que possam nortear nossa atividade política dentro desta etapa da revolução brasileira. Para enfrentar tal tarefa, impõe-se a necessidade de realizarmos uma interpretação da realidade brasileira, à luz do marxismo-leninismo, a fim de que possamos fazer as previsões científicas exigidas pela nossa política.

Neste reexame crítico de nossas afirmações contidas no Programa, o livre debate, o entrecchoque de opiniões é indispensável para que a maioria do Partido decida em ocasião oportuna. Todas as contribuições neste terreno são de grande utilidade. Por isso desejo dar a minha opinião sobre um artigo do camarada Armando Lopes da Cunha, publicado na VOZ OPERARIA de 27-10-1956.

A tese central, penso eu, defendida por este camarada é a seguinte: nos últimos anos, o capitalismo de Estado no Brasil vem-se desenvolvendo consideravelmente (Petrobrás, Paulo Afonso, Furnas, etc.); esta propriedade social (o grifo é meu), representa um fator de penetração de elementos de socialismo em nossa economia e o processo de surgimento e expansão dessa «propriedade social» é um dos fundamentos da diversidade de caminhos para o socialismo no Brasil.

Afirma o camarada: «Todas estas formas de inversão estatal, já presentes no passado, estão tomando grande impulso atualmente. E todas contribuem para criar um tipo de propriedade que não é mais a propriedade privada capitalista, mas capitalismo de Estado, forma de desenvolvimento da propriedade social. Não representará isso um embrião de desenvolvimento socialista?» No decorrer do artigo, conclui ele pela afirmativa.

Partindo dessas indicações do camarada A. Lopes da Cunha, algumas conclusões poderiam ser tiradas para a nossa orientação revolucionária. Por exemplo: 1) Se no Brasil existe a penetração de elementos socialistas, coloca-se na ordem do dia a necessidade de impulsionar esse processo e não mais deveríamos ter como objetivo a realização da revolução agrária antifeudal e antiimperialista; 2) Se em nosso país se verifica «espontaneamente» um desenvolvimento socialista, teríamos de pôr de lado a luta revolucionária, cabendo a nós tão somente a missão de acelerar esse espontâneo processo de reformas; 3) Se vemos na Petrobrás, em Volta Redonda, etc., embriões de socialismo, consequentemente, teríamos de apontar para as massas o capitalismo de Estado como o caminho do socialismo no Brasil e, se esse capitalismo de Estado é desenvolvido pela burguesia brasileira, teríamos de reconhecer que a revolução brasileira deve-se desenvolver sob a direção da burguesia; 4) se no setor do capitalismo de Estado no Brasil existem relações de produção socialistas, os trabalhadores da ACESITA, da F.N.M., da Central, etc., deviam modificar radicalmente a sua luta e atuar como operários nas empresas estatais socialistas da U.R.S.S. ou outro país socialista.

O absurdo dessas conclusões demonstra claramente a falsidade das afirmativas do camarada Armando L. da Cunha e o perigo que elas apresentam, se fossem aceitas pelo Partido.

Resta-nos examinar as condições que levaram ao surgimento dessas teses. Julgo que o desenvolvimento rápido do capitalismo no Brasil determina inevitavelmente reflexos ideológicos, que chegam até ao Partido dos proletários. Esse desenvolvimento, quase vertiginoso nos últimos anos, estonteia alguns camaradas, o que é facilitado pelo fracasso de muitas previsões subjetivas de nosso Programa.

A «fonte» das afirmações de A. Lopes da Cunha está «mais longe». Tudo, ou quase tudo, o que o camarada afirmou não se trata mais do que uma cópia, às vezes uma tradução literal, de um artigo de Vlado Begovitch, publicado em Questions Actuelles du Socialisme, n.º 34, revista bimensal, editada em Paris pela Agência Iugoslava de Infor-

to, são — o pagamento em dia dos aumentos e vencimentos em atraso e estabilidade no emprego aos cinco anos de serviço público.

Que me perdoem os colegas funcionários, mas não é fácil dizer em poucas palavras tudo sobre a situação do funcionalismo, especialmente no que tange ao regime de trabalho e vida social que deixarei para outra oportunidade.

Queria finalizar dizendo algumas palavras sobre o tão propagado e discutido direito de sindicalização do funcionalismo. Acho que, não obstante existirem inúmeras entidades representativas do funcionalismo nos diversos Estados da Federação, com atuação regular, a classe se ressentida da falta de um sindicato que represente, realmente, o pensamento dos servidores de diversas categorias. Alguns exemplos dignos de registro não invidiam, na verdade, essa afirmativa, ao contrário, confirmam a necessidade objetiva de pleitear-

mos dos poderes competentes o direito de sindicalização. Essa a meu ver uma bandeira que o funcionalismo poderia empunhar com ampla possibilidade de vitória.

Como poderemos observar pelo quadro acima, o funcionalismo precisa e merece ser compreendido pelo povo na luta pelas suas reivindicações, pois trata-se de um potencial eleitoral considerável, tendo em vista sua influência nas grandes cidades como o Distrito Federal. Por tudo isso, acho de inteira justiça colocarmos o funcionalismo no lugar que lhe cabe na disposição de forças políticas. Preconizo, para tanto, um encontro entre os funcionários DE TODAS AS CATEGORIAS, com o objetivo de encontrarmos a melhor maneira de organizarmos o trabalho entre os funcionários que vem sendo relegado para plano secundário no Distrito Federal.

mação. Por não saber se esta revista expõe a opinião oficial da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, não obstante tudo indicar ser ela um órgão autorizado dos comunistas daquele país, pois que no mesmo número traz colaborações de dirigentes categorizados como Kardeij e Bebler, temos de examinar a referida publicação prudentemente, partindo da suposição de que representa apenas a opinião pessoal do articulista.

Neste artigo, denominado «A propriedade social e a gestão social no mundo», Vlado Begovitch expõe a tese de que cresce no mundo a propriedade social (o grifo é meu) e apresenta como tal, não somente a propriedade estatal e colcoziana soviética e as formas de propriedade socialista que existem nas democracias populares da Europa e da Ásia, mas também o capitalismo de Estado nos países capitalistas, desde os Estados Unidos até os países subdesenvolvidos como a Índia, o Brasil, etc. Referindo-se aos países capitalistas da Europa Ocidental, afirma V. Begovitch: «A potência econômica crescente do Estado, quer dizer, do capitalismo de Estado, reduz o poder e as posições dos monopólios capitalistas privados» (pág. 43). Examinando a situação nos Estados Unidos, afirma que «...mesmo neste país, a propriedade social se constitui sob a forma de propriedade do Estado» (pág. 44).

Ao tratar dos países coloniais ou semicoloniais, diz que «Também nos países subdesenvolvidos, o Estado cria não somente a propriedade social, mas ele se torna, ao mesmo tempo, um importante fator de regulamentação e de orientação da economia. Ele limita a propriedade privada e participa de sua gestão» (pág. 45). Mais adiante vamos encontrar uma afirmação praticamente copiada por Armando L. da Cunha. Ela é a seguinte: «A nacionalização e, em geral, a criação da propriedade social, assim como a limitação dos direitos de administração da propriedade privada são fatores de primeira importância do mundo moderno. Esse processo se desenvolve espontaneamente, sob a pressão das circunstâncias objetivas e das necessidades concretas, enquanto que o movimento socialista introduz a consciência nesse processo, dá-lhe uma base política e perspectivas, acelera-o» (pág. 48).

No fim de seu trabalho apresenta a conclusão transcrita por Armando L. da Cunha, sem o menor exame crítico. Afirma o publicista iugoslavo: «A propriedade social e a direção da economia pelo Estado, tornam-se, nos países subdesenvolvidos, os fatores essenciais do desenvolvimento. Não é mais o caminho do desenvolvimento capitalista, são fatores de desenvolvimento socialista» (pág. 75).

Estas teses revisionistas do marxismo não apresentam, a rigor, nenhuma novidade, pois em essência já foram expostas por Kautsky e outros teóricos social-democratas. Vlado Begovitch é, no entanto, ousado, chegando até a violentas afirmações antimarxistas, como a nota da pág. 50, que diz: «As formas atuais de direção social já permitem aos países ocidentais manter, em grande medida, o pleno emprego e evitar as crises econômicas.»

Para se compreender a falsidade e o revisionismo das afirmações de Vlado Begovitch basta recordar as concepções de Lênin sobre capitalismo de Estado, que se encontram em sua obra «O Imposto em espécie». A tese leninista é reafirmada pelos camaradas chineses. Liu Chao-tchi, em seu informe «Sobre o projeto de Constituição da República Popular da China», apresentado em 15-9-1953, ensina: «O capitalismo de Estado sob a direção do Estado chefiado pela classe operária e o capitalismo de Estado sob a direção da burguesia têm caráter distinto» (Revista «Problemas», n.º 63, pág. 25).

Este é o nó da questão. Ninguém que se diga marxista, ao analisar o capitalismo de Estado, pode deixar de, inicialmente, caracterizar o conteúdo de classe do Estado, sob pena de proclamar os maiores despropósitos.

O que são a Petrobrás, Volta Redonda, o Banco do Brasil, a Rede Ferroviária do Nordeste, etc? Evidentemente são capitalismo de Estado, mas nas condições de um Estado que defende os interesses de classe dos latifundiários e da burguesia brasileira. Nestas empresas, que relações de produção existem? Relações de produção capitalistas, atuando a lei da mais-valia e as outras leis do capitalismo. Não existem no Brasil nenhum desenvolvimento socialista, nem «embriões de socialismo», mas unicamente desenvolvimento do capitalismo.

Uma questão a ser examinada cuidadosamente é esta tendência acentuada do capitalismo no Brasil avançar usando a forma do capitalismo de Estado. Capistrano de Abreu, ao estudar a evolução da sociedade brasileira, em sua primeira fase, faz a seguinte afirmação: «No tempo dos donatários, o representante do governo era ao mesmo tempo um industrial. Na organização do governo geral ainda se vê esta confusão do sistema produtor e regulador, pois vieram como empregados públicos, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, etc.» («O descobrimento do Brasil», pág. 132 — Rio de Janeiro, 1929).

A coisa vem, portanto, de muito longe. Em nossa luta não podemos fechar os olhos a esta particularidade brasileira e a existência do capitalismo de Estado muito desenvolvido em nosso país é um fato que deve e pode ser utilizado na realização das transformações que necessitam ser feitas em nossa estrutura econômica. Um aspecto do problema é o papel progressista que desempenha o capitalismo de Estado nas condições atuais do Brasil e a necessidade de defendermos a Petrobrás, a ACESITA, Volta Redonda, etc., das garras imperialistas. Isto é outra questão.

Outra coisa, porém, é compreender a formação econômica do capitalismo de Estado, como existe no Brasil de hoje, como «um fator de penetração de elementos do socialismo em nossa economia», como deseja o camarada Armando Lopes da Cunha, importando de um publicista da Iugoslávia o revisionismo mais velho e podre, sob a capa de brilhantes avanços da teoria.

DESDE que o Departamento de Estado americano deu publicidade ao chamado «informe secreto de Kruschiov», sem ter sido o mesmo desmentido ou confirmado pelo PCUS, que todos nós, comunistas, esperávamos com justificada ansiedade a palavra da direção, que nos ajudasse a compreender tão estranhos fatos. E passaram-se quase oito longos meses sem qualquer nota orientadora ou explicativa. Para ser mais verdadeiro, devo dizer que, em discussões restritas tocava-se timidamente no assunto «que estava em todas

as cabeças». Certa ocasião numa recepção aberta à simpatizantes e amigos ouvi um companheiro responsável, respondendo aos que desejavam saber o que «de verdade» havia com respeito a Stálin, dizer que a reação pegara um único fato dos muitos discutidos no XX Congresso e dele se estava servindo para provocação; ou melhor, os imperialistas destacavam a crítica feita aos erros de Stálin para esconder os grandes êxitos e realizações assinaladas nessa histórica reunião do PCUS. Evidentemente, a resposta era pela metade e na-

DOIS DOCUMENTOS

A. L. LOBATO

da tinha de concreta. Sim, são grandiosos os fatos positivos balanceados no XX Congresso e as vitórias do regime soviético nos causam alegria e entusiasmo, mas «é a sementeira?» A resposta não fôra dada e a indagação continuaria em busca da verdade. Inquestionavelmente, sem que seja feita uma discussão aprofundada do culto à personalidade e suas consequências em todos os par-

tidos, inclusive no nosso, e aplicando praticamente os ensinamentos que essa discussão traga, não iluminaremos a grande e vitoriosa estrada do socialismo.

Por tudo isso, foi com júbilo e emoção que lemos o artigo pioneiro de João Batista de Lima e Silva. Nossa velha e querida «Imprensa Popular», muito sábia, abriu suas páginas à colaboração de militantes e amigos com toda amplitude. E assistimos o desaguar das opiniões há muito represadas. Em que pesem certas opiniões lamuriantes e negativas e algumas até antipartidárias, o resultado final não poderá deixar de ser positivo e benéfico.

Até aqui vínhamos ouvindo somente declarações individuais. Na última semana tivemos as duas primeiras opiniões coletivas, dadas pelo Comitê Regional Piratininga e pelo do Rio. No confronto entre os dois documentos pesados dizê-lo os nossos companheiros cariocas ficam, ao nosso ver, em posição nitidamente inferior.

A primeira coisa que sobressai na comparação entre os dois documentos, é a nítida sensação de que pertencem a épocas diversas; um, velho na forma e no fundo, e outro já inbuído do novo. O do Rio, no velho estilo, e outro já inbuído do novo, idéias novas, que não de se pulitar definitivamente criminosos erros e chocantes deturpações do marxismo, para, revitalizando nosso movimento levá-lo à vitória final.

Para começar, os nossos camaradas do Rio não nos dizem se fizeram ou não uma reunião ampliada, dando a impressão de que não precisaram de outras cabeças para ajudar a discussão de assunto de tal vulto e complexidade, o que nestas alturas, demonstra pelo menos imodéstia. O apelo aos telegramas a jornais e comissões às embaixadas dos países agressores do Egito parece-nos uma repetição mecânica de velhas diretivas.

Não seria mais justo, jogarmos-nos decididamente na campanha de esclarecimento, para que não só os comunistas passem essas telegramas e formem essas comissões?

Passam depois os nossos camaradas cariocas a enfrentar os acontecimentos da Hungria e tomam posição justa de apoio à intervenção soviética ao chamado do governo húngaro, quando nossos camaradas estavam sendo trucidados bestialmente em Budapeste pelos sessenta mil reacionários e fascistas de Horty vindos da Alemanha Ocidental. Lamentavelmente, esses reacionários e fascistas não encontraram pela frente barrando-lhe o caminho, massa, ou pelo menos a classe operária húngara revoltada com os erros e crimes dos antigos dirigentes do Partido e do Estado ou descontente e neutralizada pelas agruras que vinha passando, erros e crimes que os substitutos de Rakosi, dada as vacilações em que ficaram, não souberam em tempo retificar. Essa ou outra opinião sob o ponto de vista crítico, é que nossos camaradas do Regional deviam dar corajosamente, desde que o assunto era levado ao Partido e ao povo.

Outra falha, que nos deixa a nós comunistas do Distrito Federal muito constrangidos, é a lamentável autocrítica: «Ao lado dos êxitos o CR constatou sérias falhas e debilidades em sua atuação, particularmente nos falsos métodos empregados e relação com as massas». Sômente isso? Não seria mais acertado que nossos camaradas fossem objetivos e nos dessem exemplos desses êxi-

tos? E com respeito às falhas, parece-nos que foram excessivamente modestas.

Mas onde os camaradas do CR do Rio opinam com espírito mais afastado do novo, é nas resoluções finais. Por que essa apressada solidariedade ao CC, ao Presidium e a Prestes? Por acaso a crítica honesta aos nossos camaradas da direção nacional implicará em falta de solidariedade aos mesmos?

Ou, pelo contrário, será antes uma ajuda para que corrijam suas falhas e erros? Que nossos camaradas de todas as direções têm errado profundamente parece-nos não restar dúvida. Que os mais responsáveis são os companheiros do CC, também é verdade, sendo certo igualmente, que todos nós, militantes que qualquer categoria, temos também nossa cota, maior ou menor, de responsabilidades. Mas, cousa essencial que nossos companheiros do CR parecem não ter compreendido, é que podem e devem ter confiança na imensa maioria da massa partidária. Se nossos dirigentes erraram, fizeram-no honestamente, certos de que estavam prestando o melhor serviço ao Partido, à classe operária e ao povo.

Essa honestidade que reconhecemos em todos os companheiros de Presidium e do CC, não está em causa e não os imuniza, portanto, da crítica e da localização pessoal das responsabilidades, podendo inclusive chegar-se à substituição ou substituições dos que não quiseram ou não souberam se adaptar às novas formas de luta e ao novo, por falta de capacidade autocrítica. Essa capacidade autocrítica em saber abandonar rapidamente os erros e vícios criados e desenvolvidos pelo culto à personalidade, é que reforçará o Partido, armando-o e capacitando-o para os embates grandiosos que se avizinham.

Onde, entretanto, nossos camaradas da Região mostram maior incompreensão, é ao quererem reprimir a livre crítica a que nossos jornais vem dando guarda acertadamente. O CC, reconhecendo o erro de protelar a discussão e agindo de modo autocrítico a encampou posteriormente. Enquanto isto, o CR do Rio vem criticá-lo justamente pelo que de melhor fez.

E para terminar da pior forma possível, o Regional carioca apela para que o CC «tome medidas necessárias para que a discussão se trave em torno de princípios e não no terreno de ataques pessoais». Eis aí estampada com toda a nitidez a velha face partidária que procura sobreviver e arrastar nessa aventura o CC, que com tanta sensibilidade vem agindo desde a publicação do Projeto de Resolução. Será que o nosso Regional não conhece o material humano de nossas bases, que são um reflexo do nosso povo pobre, atrasado e sem instrução? Será que não vê o Regional que muita crítica honesta e construtiva deixaria de sair se fosse aplicado rigorosamente esse critério ideologicamente certo? Nossos camaradas do Regional não tiveram sensibilidade para ver que a crítica, neste momento, deve ser a mais ampla possível, sômente resguardada a segurança do Partido. E se algumas dessem ao terreno pessoal e outras são até antipartidárias, é preferível que assim seja do que censurá-las a pretexto de sair do terreno dos princípios.

Tenham os companheiros do Regional confiança nas bases partidárias e na massa, que sempre saberão reagir contra as críticas exageradas ou falsas. A razão está com o CC quando, verificando que a falta era dele, deixou que a discussão fosse aberta e continuasse sem sua inter-

venção — aplicação prática de autocrítica — pois tinha bastante autoridade estatutária para interrompê-la. Posteriormente encampou-a em documento modesto e realista que deu ânimo e entusiasmo, para que todas as bocas se abrissem. E mais ainda, muito sábia, no seu modo de ver, deixou até agora de dar sua própria opinião, que publicada prematuramente, poderia truncar e belo e útil espetáculo de liberdade de opinião a que estamos assistindo.

Foi uma grande satisfação ler o documento do CR Piratininga. Os camaradas dirigentes do Partido em São Paulo, onde o proletariado tem maior concentração, souberam, com presteza digna de elogio, aplicar o novo.

Além dos membros do CR e dos candidatos a membros, tomaram parte na discussão grande número de convidados. E a crítica e a autocrítica franca se fraternal aprofundou-se sobre os erros do CR: «burocratização, centralização dos trabalhos partidários, violação da democracia do Partido e falsa política de quadros que levou a sérias injustiças contra membros do Partido.» A análise da causa dos erros cometidos pelos organismos e dirigentes mais responsáveis, constituiu o centro das discussões. Medidas para a melhoria do trabalho foram tomadas, dando início ao exame crítico do Programa, dos Estatutos e da estrutura do Partido. Foram aprovadas medidas, visando à democratização da vida partidária. Sim, companheiros, medidas como essas é que demonstram, de fato, a orientação nova de nossos camaradas bandeirantes e sem elas ficaremos marcando o passo nos velhos erros. Em vez de frear a discussão, como querem nossos camaradas cariocas, os de Piratininga reconhecem aos membros do Partido o direito de livre manifestação de suas opiniões, não só em reuniões partidárias como também «através da imprensa, desde que haja responsabilidade individual pelos conceitos emitidos e seja salvaguardada a segurança do Partido.» O CR de Piratininga amplia o processo de direção coletiva, providenciando para que, de agora em diante, todas as resoluções de maior importância sejam tomadas pelo CR e não pelo secretariado, como acontecia antes. Desde que houve erros, haverá fatos a serem corrigidos, daí a criação sem tardança de uma comissão encarregada de examinar os casos de camaradas contra os quais porventura, tenham sido cometidas injustiças. A resolução dos camaradas de Piratininga não deixa passar em branco, um de nossos mais velhos erros: «resolve restringir a prática abusiva da cooptação de quadros.»

Três pequenas e concretas resoluções encerram o digno e positivo documento que demonstra com clareza a sensibilidade político-ideológica dos camaradas dirigentes de São Paulo. Abrem a mais ampla discussão e para que desta se tirem todas as vantagens, resolvem: a) que seja realizada a discussão através da mais ampla análise crítica e autocrítica; b) que seja feita em íntima ligação com as tarefas práticas e c) que seja acompanhada de medidas capazes de assegurar a democratização do Partido.

Assim agindo, os companheiros de São Paulo mostram a grande reserva ideológica contida em nossos organismos partidários, confiança nas bases do Partido e na massa e demonstram grande capacidade de compreensão do novo e presteza em se libertarem dos erros já velhos e caducos.

(Distrito Federal)

ELABOREMOS A RESOLUÇÃO

RAIMUNDO SCHAUN

Não há erro, não há crime, não há dúvida que nos leve a enrolar ou mesmo deixar tremar por um minuto a bandeira dos nobres ideais socialistas. Esta a primeira questão de princípio que deve nortear nosso debate. Partindo daí, jamais chegaremos a lamentações, a descrenças, a vacilações, ao desencanto nihilista. Partindo daí, só poderemos tomar uma posição construtiva no debate. Agora, ser construtivo é contribuir para elaborar a Resolução cujo projeto o CC do PCB lançou ao debate do movimento socialista brasileiro.

O original deste artigo foi enviado às redações de VOZ OPERÁRIA e «Imprensa Popular» uns cinco dias antes de publicado o Projeto de Resolução. Naquele original condenava a forma nada construtiva que os articulistas estavam dando ao debate antes do Projeto. É preciso reconhecer, entretanto, que a forma como surgiu o debate foi positiva pela sua espontaneidade, pela ausência de elementos de «prato feito», o que ajudou ao rompimento de uma tradição de decênios. Condeno a suspensão do debate pelas direções dos referidos jornais, dias antes de lançado o projeto. Nada justifica. Os velhos hábitos explicam. Dos velhos hábitos está cheia a posição dos redatores de VOZ OPERÁRIA que me devolveram o artigo para algumas modificações.

Caro redator: achei justas as suas ponderações. As modificações que você sugere em nada limitam as idéias e mesmo as formulações do meu artigo. As razões mais do seu interesse e que o levaram a não se interessar pela imediata publicação é que são de todo falsas, partem dos velhos hábitos, alimentam aqui o sistema de relações baseado no culto à personalidade. No fundo de sua argumentação está o não ter espírito de partido frente àquilo que é mais chegado à nós, à nossa roda. No fundo daquela sua teoria do «cartaz» está ainda aquela sua velha, antipática e antipartidária posição de que: «direção, para mim, é apenas o secretariado». Considero legítima e inteligente a sua decisão como arma de pressão aí. Quanto aos reflexos aqui, garanto-lhe que, tanto faria. Mas, passemos ao debate em si mesmo, à minha primeira contribuição para elaborar a Resolução. Pretendemos escrever, posteriormente, artigos específicos sobre determinados assuntos. O dever me chama a um estudo mais sério e à elaboração de trabalhos. Aqui, entretanto, procurarei, de modo geral, tratar de assuntos que julgo fundamentais.

I — SOBRE A POSIÇÃO DO C.C. DO P.C.U.S.

A crítica ao culto da personalidade de Stálin com todo o seu sistema absurdo de relações partidárias que tanto atraso determinou ao movimento socialista, é uma contribuição inestimável dos atuais dirigentes do P.C.U.S. para o avanço das forças do progresso em todo o mundo. Os resultados positivos dessa

revolução que hoje se processa no seio de nosso movimento são de proporções ainda inimagináveis.

Entretanto, não podemos concordar com a estranha forma como foi feita a denúncia das violações da legalidade socialista sob a direção de Stálin. Discordo dessa maneira de tratar de um assunto que diz respeito, diretamente, ao movimento socialista em todo o mundo e não apenas ao PCUS, sem antes consultar ou mesmo informar pelo menos às principais vanguardas desse movimento nos demais países. Isso determinou a natural confusão de fileiras desreventadas. Um terreno fértil para as explorações do inimigo. Também alimentou o chovinismo e deu possibilidades aos 100 milhões de dólares, votados pelo Congresso norte-americano, para provocações nas democracias populares. Não é por acaso que surgem em proporções muito maiores que antes os putschs fascistas sob a batuta da odienta figura do sr. Foster Dulles.

Por outro lado, se lutamos contra o dogmatismo, contra a uniformização internacional dos processos revolucionários, como podemos concordar com esse impacto de desestalinização violenta uniforme, sem levar em conta o nível de cada movimento, as características de cada país, os sentimentos e a psicologia de cada povo?

Seria enganar a nós mesmos desconhecer a confusão que gerou em nossas fileiras o impacto dessas denúncias chegadas até nós por fontes inimigas.

Seria também um erro desconhecer o quanto desgosta e confunde o fato de que a forma como vai sendo conduzida a luta contra os erros de Stálin leva a que se destrua toda a sua obra inclusive o que de bom e certo não podemos desconhecer. Será possível negar o papel positivo de Stálin na luta pela preservação do Partido e do leninismo, pela consolidação da Revolução Socialista, pela construção e consolidação do Estado Soviético logo depois da morte de Lênin? Podemos desconhecer que, com todos os seus erros, Stálin foi um fator determinante da unidade monolítica do PCUS e de todo o movimento socialista na hora mais dura de provação? Como desconhecer que o nome de Stálin foi uma bandeira positiva e importantíssima na vitória sobre o fascismo?

Desgosta-nos e nos confundem a falta de senso autocrítico daqueles que, hoje denunciando tantos e tão graves erros, eram, há muito pouco tempo, os maiores porta-vozes do culto à Stálin, alimentando em nossas cabeças esse absurdo antimarxista. Surge aqui a nossa correspondência de propagar aos quatro ventos tais deformações, por primarismo e servilismo teóricos, no mais grosseiro desrespeito aos sentimentos do nosso povo e no mais grosseiro atentado ao marxismo. Vejamos os discursos e informes ao XIX Congresso do PCUS:

Krushiov: «Viva o sábio chefe do Partido e do povo, o inspirador e organizador de todas as nossas vitórias» (o grifo é meu).

Bulgárin: «Cada uma dessas vitórias é a incarnação na arte militar soviética, da maestria dos oficiais e generais soviéticos, do triunfo da ciência militar stalinista, o triunfo da arte de comando de nosso guia e comandante em chefe, o camarada Stálin.»

Suslov: «... sob a sábia direção de nosso grande guia e educador, da sumidade da ciência, que é nosso querido e amado camarada Stálin» (o grifo é meu).

Mikolan: «O camarada Stálin ilumina a nossa vida com a luz brilhante da ciência...»

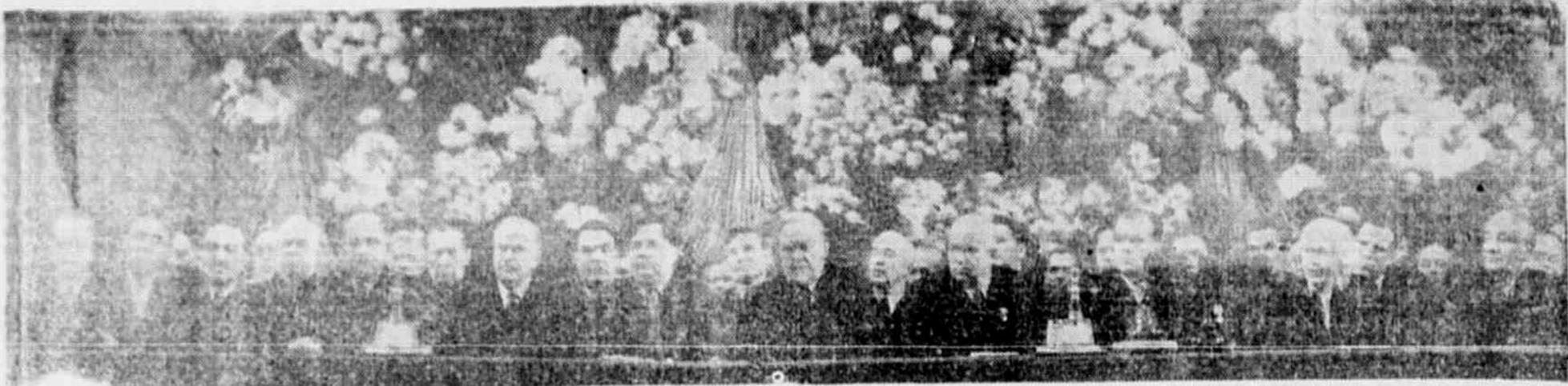
E mais esta aberração teórica que subestima inteiramente o papel do Partido e das massas: «Os êxitos obtidos na produção dos gêneros alimentícios e de todas as mercadorias de amplo consumo, assim como a maior elevação do bem-estar das massas populares, prevista pelo plano quinquenal, são o resultado da solicitude permanente do camarada Stálin pelo homem soviético e seu bem-estar.»

Tudo isso foi dito muito depois do núcleo leninista do PCUS ter constatado a necessidade da luta contra o culto a Stálin e ter «iniciado esta luta», segundo se deduz da sua história relatada em nota do CC do PCUS: «Como foi superado na URSS o culto à personalidade.»

Concordo que não era oportuno, antes, iniciar a luta contra tal culto. Concordo mais ainda que, antes, não havia condições para a denúncia das violações da legalidade socialista. Não me entra na cabeça, entretanto, como é que pode haver coerência revolucionária se se contribui para o desenvolvimento de uma deformação teórica de tão graves consequências quando a nossa consciência já constatou há muito e há muito condenou como monstruosa.

Mas o Projeto de Resolução desconhece tudo isso, é tímido na sua apreciação dos erros do PCUS. Encerrar de frente fatos incontestáveis exigir resposta a questões sérias que o PCUS ainda não deu (e como demora, e como vacila em dar!...). Não é faltar com o dever de «examinar essa questão com seriedade e responsabilidade». Ao contrário é ser responsável e contribuir para a unidade das nossas fileiras e para o prestígio do nosso movimento perante o povo. Superemos e exijamos que o PCUS supere todas as dúvidas, todas as perguntas que estão na cabeça de milhões de trabalhadores por uma crescente propaganda de decênios e não apenas nas «elocubrações de meia dúzia de intelectuais». E' antes de tudo prezar o povo, satisfazer às exigências da lógica de sua consciência.

A nossa Resolução deve tratar com seriedade de tais questões e manter essas interrogações exigindo resposta até lá o PCUS não atender às exigências da consciência revolucionária.



Comemorou recentemente o povo soviético o primeiro centenário de nascimento de Georghi Valentinovitch Plekanov, eminente teórico, dirigente do movimento operário internacional, e primeiro propagandista da teoria marxista na Rússia. Aparece na foto o presidium que dirigiu a sessão solene dedicada à memória de Plekanov, vendo-se os principais dirigentes do P.C.U.S. e do Estado. (TASS).

MINORIA E MAIORIA (Carta a Osvaldo Peralva)

MERCULES CORREIA DOS SANTOS

Caro Peralva,
Seu artigo "Sobre as Direções da Minoria" com toda a atenção, como o venho fazendo com os artigos dos demais companheiros.

Permita falar algo sobre esse assunto focalizado no "Projeto de Resolução", o que farei agora comentando o seu artigo.

Quando me entusiasmei, mas não me mobilizei, foi ver como você citou Lênin "a três paradas" para defender e justificar a existência de minoria e maioria dentro do Partido. Conheço muitos de seus meritos, mas e de utilizar esses justas de um revolucionário como Lênin para defender uma coisa contra a qual o mesmo Lênin sempre lutou, francamente, esse artigo seu ainda não reconhece a verdade.

1. Nunca reconhecer a minoria. Em toda a sua vida lutou contra a existência da minoria dentro do Partido. E sabe por que, Peralva, esta posição de Lênin? Porque o reconhecimento da minoria dentro do Partido significa reconhecer sua existência de cima abaixo. Reconhecer, presta atenção, porque quando eu digo reconheci significa legalizar dentro do Partido uma coisa que nunca foi admitida em toda a história dos partidos comunistas.

Todos nós sabemos que, se existe uma minoria, ela se reunirá, terá direção própria, enfim, terá sua vida em contraposição à vida da maioria. Se isso não existir, essa minoria será abstrata, não existirá, não poderá "manter e defender sua opinião". Mas, se isto existir, reconhecido e legalizado dentro do Partido — pergunto a você, Peralva: qual será a diferença entre o nosso Partido e os demais partidos existentes na sociedade brasileira? Você já pensou o que acontecerá com o nosso Partido se legalizarmos a existência da minoria e, consequentemente, a existência das MINORIAS? Sim, das minorias, Peralva. Cada grupinho que tiver opinião contrária terá o direito de se constituir em minoria, de proclamar suas idéias, criando entre nós uma espécie de escolástica professoral. Digo escolástica professoral porque essa minoria ou minorias não poderá provar, na prática, a justiça de suas opiniões, já que terá de cumprir a decisão da maioria. E você, que citou tanto a teoria do conhecimento, sabe que a prática é o fundamental nesta mesma teoria. Existe aqui uma hipótese. Você poderá dizer que será justamente à base da aplicação prática da decisão da maioria que a minoria provará a justiça de sua opinião.

Admitindo este argumento, eu diria então que a minoria é desnecessária dentro do Partido. Basta que se aplique o artigo 21 dos Estatutos, de forma plena. Veja, Peralva, o que

diz este artigo: "Todo membro do Partido pode discutir livremente nas reuniões do Partido para expressar sua opinião sobre qualquer problema, direito que emana da democracia interna. Só assim é possível desenvolver a crítica e a auto-crítica e fortalecer a disciplina do Partido, que deve ser consciente. Tomada, porém, uma resolução numa organização do Partido, a discussão sobre o assunto a que ela se refere só pode ser reaberta por decisão da maioria da mesma organização ou por decisão de organismo superior. A decisão que for então adotada deve ser acatada e aplicada incondicionalmente. É garantido aos que estiverem em desacordo com a resolução adotada o direito de apelar para os organismos superiores, inclusive o Comitê Central e o Congresso do Partido. Enquanto o apelo estiver pendente, a resolução deverá ser cumprida por todos os membros da organização que o adotou".

Ai está o direito de discutir, de pesquisar, de votar, de manter nossa opinião e de recorrer, quando não estivermos de acordo. Ai está também a diferença entre o nosso Partido e os demais partidos existentes na sociedade brasileira.

Diante disso, por que reivindicar, Peralva, a existência da minoria dentro do Partido? Advogando direitos para a maioria, você fala que os companheiros chineses aceitam a existência dessa minoria, atribuindo a eles uma interpretação sua, quando afirma em seu artigo: "Quanto à minoria no Partido, raciocinam (os companheiros chineses) mais ou menos assim: se ela não tem razão, todo o Partido e ela própria se convencem disso no processo da discussão continuada, o que virá reforçar a unidade partidária; se tem razão, isto também se evidenciará para a própria maioria, mais cedo ou mais tarde, o que propiciará ao Partido a correção de suas posições".

Ora, não é bem isto o que diz Liu-Chao-Chi no seu informe ao VIII Congresso do Partido Comunista da China. Falando sobre o projeto dos novos Estatutos diz Liu-Chao-Chi:

"O Projeto prevê que o membro do Partido (note: não é minoria e sim membro do Parti-

do) tem o direito de revelar integralmente iniciativa criadora no trabalho e, em caso de não concordar com a decisão do Partido, insubordinadamente e realizando esta decisão, manter sua opinião e encaminhá-la aos órgãos partidários dirigentes".

Como vê, Peralva, tanto em nosso caso (artigo 21), como no caso dos companheiros chineses, o necessário (principalmente para nós) é a luta por estabelecer realmente a democracia interna e não a minoria, como você defende.

Eu poderia parar aqui dizendo que você partiu de argumentos justos para chegar a uma conclusão que, a meu ver, é profundamente errada — a existência legal da minoria — porque admite a cisão do Partido em grupos.

Mas eu sinto que preciso ir mais à frente. E ir mais à frente, talvez para despertá-lo. Sabe de que se trata? É o seguinte. O que mais me chamou a atenção no seu artigo é que você defende a existência da minoria, como se ela já existisse organizada a você participasse dela. E sabe por que digo isso? Você fala assim em seu artigo: "... a questão ora levantada pelo Comitê Central, à proposta da Ampliação dos Direitos da Minoria, me parece de Imensa Atualidade e significação".

Você sabe que no Projeto de Resolução do Comitê Central não se fala em ampliação dos direitos da minoria, isso porque ela não é reconhecida em nossos Estatutos. O Comitê Central fala em que "é importante examinar a conveniência de vir a ser assegurada à minoria o direito de manter e defender sua opinião". Como você pode constatar pelas formulações suas e as do Projeto de Resolução tem-se a impressão que você não defendeu sua opinião sobre a minoria de forma clara e aberta, deixando quantos leram seu artigo sem saber quais os objetivos que você tem ao defender a existência da minoria.

Isto é muito mal. Você não demonstra convicção na causa que começou a defender.

Finalizo, aqui, respondendo-lhe clara e abertamente minha opinião sobre essa questão com a seguinte definição: maioria e minoria dentro do Partido, com reconhecimento, não deve ser permitida nem nas vésperas de congressos.

Sem mais, desejo-lhe muita saúde, vida longa e menos utilização do que disse Lênin para defender o que Lênin mais combateu em sua vida.

Rio, Novembro de 1956.

O Projeto de Resolução do C. C. E a Resolução do C. R. do Rio

GALILEU MARTINS

COMO militante do PCB sendo nossa valorosa imprensa pela abertura dos debates que tantos benefícios traria ao desenvolvimento das lutas de nosso povo, apesar da estranheza de alguns.

Em face dos inúmeros assuntos que merecem ser focalizados, acho conveniente abordar algumas questões relacionadas com a situação do CR do Rio. Aparentemente a Resolução do CR do Rio, Achei-a superficial e com forte tendência para limitar os debates entre os militantes da região, além da ausência completa de auto-crítica que apresenta.

Era de esperar-se que um CR da importância deste analisasse mais profundamente o grande documento que é o Projeto de Resolução do C. C.

Entre as muitas questões que o CR deveria examinar em sua atuação destaco as seguintes:

1 — Os falsos métodos de trabalho no Partido e do Partido para com as massas na atividade do CR nos últimos anos.

O documento é omissivo quanto a esta questão. Será que não têm havido erros sérios em nossa atuação nas diversas frentes de massa? Será que não têm havido erros em nossa política orgânica? Sabemos que na atividade do CR do Rio para levar a linha política do Partido às massas tem havido sérios erros, tais como: a) Sectarismo em relação à política de aliados nos sindicatos, organizações eleitorais, femininas, juvenis e outras, determinando inclusive o isolamento do Partido em mais de uma ocasião; b) Tutela dos sindicatos pelo Partido, chegando à substituição do Programa de lutas da organização sindical por lutas políticas de cunho mais elevado; c) Mandarismo e autoritarismo dos responsáveis pelo setor sindical do CR para com os militantes das OO. BB. e mesmo simples atividades sindicais.

Em relação à política de organização, os erros têm sido os mais grosseiros, com violações frequentes da democracia interna e dos atuais Estatutos do Partido.

Entre estes, destaco os seguintes:

a) Forte centralização do Partido nas mãos do secretariado, chegando este, nas planificações, aos mais ínfimos detalhes, excluído sumariamente a iniciativa criadora dos militantes de base.

b) Falsa política de quadros, levando à criação de todo um sistema de cooptações que anulou, na prática, os direitos dos membros do Partido de elegerem e serem eleitos.

c) Auto-suficiência e arrogância em tratar os quadros do Partido, levando muitos deles ao abandono das fileiras do Partido. Em vez de ajuda política aos que precisavam — e são todos — utilizaram-se, em larga escala, a transferência, o rebaixamento de funções, etc.

d) Substituição das assembleias e conferências regulares das OO. BB. e CC. DD. pela realização de atos de toda espécie, que pouca contribuição trouxeram para o desenvolvimento das lutas.

e) Desleza mecânica de tarefas para todas as organizações sem levar em conta suas características locais e suas reais possibilidades.

2 — O documento não fala nada sobre a influência do subjetivismo nas decisões e atividades do CR Rio, principalmente através do dogmatismo e do empirismo. Será que a atividade e as decisões do CR Rio tem expressado fielmente as condições objetivas do meio em que atuamos?

É de arer-se que o CR Rio já conheça as características econômicas, políticas sociais da cidade para elaborar uma política própria, criadora? Já se criou uma tradição e um clima de estudos e debates em torno dos documentos do marxismo-leninismo particularmente os do XX Congresso dos que a VOZ OPERÁRIA te estampado?

Esperamos que os dirigentes do CR, quando escreverem, respondam a essas perguntas.

MOÇÃO AO C.C. DO P.C.B.

O Comitê Regional Ferroviário, de São Paulo, reunido em Pleno Ampliado, em outubro de 1956, para discutir o Projeto de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, entre outras resoluções, aprovou a seguinte moção ao Comitê Central:

Ao Comitê Central

do Partido Comunista do Brasil

O Comitê Regional Ferroviário, de São Paulo, reunido em Pleno Ampliado, para discussão do PROJETO DE RESOLUÇÃO DO COMITÊ CENTRAL, envia a esse Comitê sua saudação fraternal e sua congratulação pelo lançamento do Projeto de Resolução.

O Comitê Regional Ferroviário reconhece as dificuldades inúmeras para o lançamento do Projeto de Resolução logo em seguida ao término do XX Congresso do PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA.

No entanto, o Comitê Regional Ferroviário, de São Paulo, criticou o Comitê Central pelo atraso da decisão desse Projeto que veio trazer prejuízos aos trabalhos de nosso Partido.

O Comitê Regional Ferroviário de São Paulo, se solidariza com o Comitê Central, pela atitude corajosa ao levantar, sinceramente, a questão do culto à personalidade.

O Comitê Regional Ferroviário, de São Paulo, se compromete a levar à prática a discussão do Projeto de Resolução, se esforçando no sentido de cumprir da melhor forma possível, levando em conta os interesses das massas e do povo brasileiro e primando sempre pela unidade do nosso Partido.

O C. R. F. DE SÃO PAULO
OUTUBRO DE 1956

O lançamento que os leitores esperavam!

LONGE DE MOSCOU

(Em dois volumes)

V. AJAEV

A venda nas livrarias e pelo Serviço de Reembolso Postal. Pedidos à Editorial VITÓRIA Limitada, Rua Juan Pablo Duarte, 50 - Sob. — Rio - D. Federal.